

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA

**O BANCOSOL, DO MICROCRÉDITO A BANCO COMERCIAL:
SINGULARIDADES DAS MICROFINANÇAS NA BOLÍVIA**

REGIANE VIEIRA WOCHLER

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política sob orientação do Prof^o. Dr. Carlos Eduardo Ferreira Carvalho.

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AGRADECIMENTOS

A todos os amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus professores do Curso de Mestrado em Economia Política, por todos os valiosos ensinamentos proferidos ao longo do curso e à secretária do Programa, Sonia, pelo completo apoio e amizade.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Carlos Eduardo Ferreira Carvalho, pela paciência, pelas oportunidades de crescimento acadêmico, pelas horas de discussões, pelas críticas sempre construtivas e pela segurança e força que sem dúvida foram essenciais à conclusão deste trabalho.

À minha família por todo o apoio, incentivo, confiança e paciência que dedicaram a mim neste período em que muitas vezes estive ausente e, principalmente, pela inesgotável fonte de força e amor.

RESUMO

O BancoSol da Bolívia, uma das mais destacadas organizações de microfinanças da América Latina desde seu surgimento, em 1986, tornou-se um dos maiores bancos comerciais do país a partir dos primeiros anos do século XXI. Apesar de apresentado ainda hoje como uma IMF, o BancoSol é de fato um dos maiores bancos comerciais do país, ao lado do Banco Los Andes, que também era uma IMF em sua origem, ou seja, o sistema bancário comercial boliviano hoje existente se desenvolveu a partir de organizações de microfinanças. O trabalho defende que essa configuração incomum se deveu ao enfraquecimento do sistema bancário tradicional com as graves crises financeiras dos anos 1980, em meio aos graves efeitos sociais da instabilidade econômica e da desestruturação da estrutura produtiva que marcaram aquele período. O trabalho analisa as mudanças no BancoSol em direção ao perfil de banco comercial, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, destacando a dificuldade para obter informações sobre sua trajetória, apesar da relevância a ele atribuída pela literatura sobre microfinanças.

PALAVRAS-CHAVE: BancoSol; Bolívia; microfinanças; microcrédito produtivo orientado; bancos comerciais na Bolívia.

ABSTRACT

The BancoSol of Bolivia, one of the leading microfinance organizations in Latin America since its inception in 1986 became one of the largest commercial banks in the country from the early years of the century XXI. Although presented today as an IMF, the BancoSol is actually one of largest commercial banks in the country, alongside Banco Los Andes, who was also an IMF in its origin, in other words, the Bolivian commercial banking system today existing was developed from microfinance organizations. This dissertation argues that this unusual configuration happened due to the weakening of the traditional banking system with the serious financial crises of the 1980s, amid the severe social effects of economic instability and disruption of the production structure that marked this period. This study examines changes in BancoSol toward to the profile of a commercial bank, through literature and documents, making it difficult to obtain information about its history, despite the importance attributed to him by the literature on microfinance.

Keywords: BancoSol; Bolivia; microfinance; productive micro-credit; commercial banks in Bolivia.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro I – Depuração índice CAMEL	74
Quadro II – Índices de Eficiência do Sistema Bancário Boliviano em 2007	75
Quadro III – Evolução por entidade – Carteira Bruta (em milhares de dólares)	77
Quadro IV – Evolução por entidade – Número de Clientes de Crédito	77
Quadro V – Evolução por entidade – Número de Clientes de Crédito	78
Tabela I – BancoSol Cifras e Índices Financeiros	96
Tabela II – Índice CAMEL do BancoSol com principais indicadores	97
Tabela III – BancoSol – Crescimento da Carteira Bruta - por produto	98
Tabela IV – BancoSol – Evolução do número de Clientes por Produto	98
Tabela V – BancoSol – Evolução de clientes, Carteira e Empréstimo Médio	99
Tabela VI – Comparações: BancoSol x Sistema Bancário Boliviano	99
Tabela VII – BancoSol: Participação de Mercado e Desempenho da Carteira Crédito	100
Tabela VIII – Fontes de Financiamento BancoSol	100
Tabela IX – Estratificação do montante da carteira de empréstimos das IMFs associadas à ASOFIN, em milhares de US\$ nos anos de 2002 e 2007	100
Tabela X – Estratificação do montante da carteira de empréstimos, em milhares de US\$ nos anos de 2002 e 2007	101
Tabela XI – Dados Econômicos da Economia Boliviana	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A

ACODEP Asociación de Consultores para el Desarrollo de la Pequeña, Mediana y Microempresa

AL AMANA Association al Amana for the Promotion of Micro-Enterprise Morocco

AKRSP Aga Khan Rural Support Programme

ASA Association for Social Advancement

ASFI Autoridad de Supervision del Sistema Financiero

ASODENIC Asociacion de Oportunidad y Desarrollo Economico de Nicaragua

ASOFIN Asociación de Entidades Financieras Especializadas en Micro Finanzas

B

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB Banco do Nordeste do Brasil

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRAC Bangladesh Rural Advancement Committee

BRANTA Banco del Trabajo

BRI Bank Rakyat Indonesia

C

CGAP Consultative Group to Assist the Poor

CEPAL Comisión Económica para América Latina

CEPRODEL Centro de Promoción del Desarrollo Local y Superación de La Pobreza

CRESOL BASER Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária – Base de Serviços

E

EUA Estados Unidos da América

F

FAMA Fundacion para el Apoyo a la Microempresa

FBPMC Fondation Zakoura, Fondation Banque Populaire pour le Micro Crédit

FDL Fondo de Desarrollo Local

FDR Fondo Nacional de Desarrollo Regional

FIE Fondo Financiero Privado para el Fomento a Iniciativas Económicas

FIELD-Support Financial Integration, Economic Leveraging, Broad-Based Dissemination and Support Program

FINCA Foundation for International Community Assistance

FND Financiera de Desarrollo Santa Cruz

FONDEP Foundation for Local Development and Partnership

FFP Fondo Financiero Privado

I

IFC International Finance Corporation

IMF Instituição de Microfinanças

O

ONG Organizações Não Governamentais

ONU Organizações das Nações Unidas

OPP Orangi Pilot Project

OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

P

PAM Programa de apoio a las Microfinanzas

PCPP Programa de Crédito Produtivo Popular

PMP Programa de Microcrédito Popular

PNMPO Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PRIDE Promotion of Rural Initiatives and Development Enterprises

PRODEM Fundacion para Promocion y el Desarrollo de la Microempresa

R

RSP Rural Support Programs

S

SEWA Self Employed Women's Association Bank

SML SHARE Microfin Limited

SBEF Superintendência de Bancos e Entidades Financeiras da Bolívia

U

USAID United States Agency for International Development

W

WWB World Women's Bank

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – MICROFINANÇAS E CRÉDITO COMERCIAL.....	14
1.1 – Microcrédito e Instituições de Microfinanças (IMF): peculiaridades	14
1.2 – Breve histórico das Microfinanças no mundo.....	17
1.3 – Microfinanças na América Latina	24
2 – SISTEMA FINANCEIRO E MICROFINANÇAS NA BOLÍVIA	35
2.1 – Bolívia: história econômica e sistema financeiro.....	35
2.2 – Microfinanças na Bolívia	47
3 – O BANCOSOL.....	57
3.1 – Histórico do BancoSol.....	57
3.1.1 – O início da ONG – de 1986 a 1992.....	58
3.1.2 – Nascimento do Banco: Fase de crescimento – de 1992 a 1999.....	61
3.1.3 – Após ano 2000: Consolidação como banco comercial	65
3.2 – Situação atual e posição de mercado	68
3.3 – Debate atual sobre o BancoSol	78
4 – CONCLUSÕES	88
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

Dentre as experiências de microfinanças na América Latina, destaca-se o BancoSol, da Bolívia, citado regularmente na literatura, mas sem análises aprofundadas sobre a singularidade de sua transição para a condição de banco comercial. Trata-se de uma experiência desenvolvida sob as especificidades latino-americanas e que pode trazer contribuições importantes para todo o continente, inclusive para o Brasil.

O objetivo deste trabalho é analisar como as microfinanças na Bolívia serviram para a constituição de um sistema de crédito peculiar, que culminou com a reestruturação do sistema bancário boliviano, amplamente abalado após as crises da década de 1980. Assim o sistema bancário comercial foi "recriado" a partir da expansão de instituições de microfinanças, uma experiência singular a requerer reflexões mais aprofundadas. Pretende-se discutir as hipóteses de que as instituições de microfinanças na Bolívia ajudaram na reconstrução do sistema bancário boliviano e de que bancos comerciais não perdem eficiência ao aumentar a oferta de microcrédito.

Experiência assemelhada ocorreu na Indonésia, em que Bank Rakyat (BRI) surgiu em 1895 na gestão de fundos de uma pequena mesquita, passou em 1946 à condição de primeiro banco público do país e é hoje uma instituição de grande porte. Ainda assim, o BancoSol se destaca pela condição de banco comercial privado e por manter as atividades de microfinanças ao lado das operações de banco comercial.

Observamos que na América Latina o processo chamado de *upgrading*, que corresponde à transformação de ONGs de microcrédito em instituições financeiras reguladas, tem sido usado no continente, dando origem a instituições financeiras fortalecidas que operam vários produtos, além do crédito. Também tem ocorrido o processo de *downscaling*, onde os bancos comerciais convencionais e outras instituições financeiras existentes ampliam o alcance de seus serviços e incorporam segmentos de microempresas e

peessoas de baixa renda ao seu rol de clientes, oferecendo fundamentalmente microcrédito.

As origens do BancoSol estão ligadas às turbulências econômicas da Bolívia nos anos 1980, em que se combinaram crises financeiras, a crise da dívida externa e a desorganização da estrutura produtiva baseada na mineração controlada pelo estado. Num cenário de empregos formais escassos nas cidades, com o programa de ajuste da economia iniciado em 1985, muitas pessoas partiram para o microempreendedorismo, desenvolvendo pequenos negócios nas cidades para sustento de suas famílias. Na Bolívia, mais da metade da população economicamente ativa depende de sua própria capacidade de geração de emprego, explicando assim a grande demanda por produtos de microfinanças no país.

Dentro do contexto (micro)financeiro boliviano, o BancoSol é um dos operadores de maior destaque, já que foi a primeira instituição de microfinanças a atingir amplitude nacional, a transformar-se em banco comercial e hoje instituiu-se como o maior banco da Bolívia, gozando de alta credibilidade no mercado quanto a seriedade dos serviços oferecidos.

A discussão sobre microfinanças e sua aplicabilidade em regiões com populações em situação de pobreza e extrema pobreza, como forma de fomentar pequenos negócios e melhorar a qualidade de vida dessas populações, é um tema recorrente no meio acadêmico. Sob este aspecto, a literatura acadêmica confere amplo destaque às experiências do Prof^o Muhammad Yunus com o Grameen Bank em Bangladesh, instituição criada em 1983. Em Bangladesh, Yunus observou que a população de baixa renda é normalmente excluída do sistema de crédito bancário convencional devido à sua incapacidade de prover garantias reais. Constatou também que bastava disponibilizar empréstimos de valor muito baixo para que pequenos negócios familiares fossem incrementados a ponto de gerar renda para o sustento dessas famílias.

Diante desta constatação, o Prof^o Yunus iniciou experiências de concessão de microcréditos que levaram ao desenvolvimento de uma

metodologia específica para concessão de crédito voltado à população de baixa renda, baseada na instituição do “grupo solidário”, que consiste em um grupo social de até cinco pessoas, que são responsáveis em conjunto pela quitação do empréstimo tomado, reduzindo assim o risco de inadimplência.

Segundo Yunus, o grupo solidário é uma forma de resgatar a cidadania e promover a inclusão social das pessoas à medida que a concessão de microcréditos em nome do grupo permite o desenvolvimento de pequenos negócios familiares, gerando assim melhoria da qualidade de vida. Constitui-se assim uma maneira não assistencialista de reduzir a pobreza, garantindo acesso aos serviços básicos e inclusão social das pessoas.

A América Latina ainda sofre com baixos índices de desenvolvimento humano e regiões amplamente expostas à pobreza. A Bolívia tem aproximadamente 10 milhões de habitantes, apresenta 37%¹ dos quais em situação de extrema pobreza. Segundo critério das Organizações das Nações Unidas (ONU) estão em situação de pobreza extrema aqueles que vivem com menos de US\$ 1/dia *per capita*. Analisar a experiência desenvolvida na Bolívia pelo BancoSol pode ampliar os conhecimentos sobre as formas de combater a pobreza na América Latina com eficácia e sem dependência direta da atuação governamental. Outro aspecto que reforça a importância do estudo está no fato de que a experiência boliviana com o BancoSol é a que mais se assemelha àquela desenvolvida e idealizada pelo professor Yunus em Bangladesh em seu início, embora atualmente a instituição esteja migrando gradativamente da tecnologia do grupo solidário e para o crédito individual.

Cabe esclarecer que a pretensão deste trabalho não é de aplicar e/ou apresentar uma nova metodologia para avaliação de impacto de atuação do BancoSol enquanto instituição de microfinanças (IMF) e nem mesmo temos a pretensão de classificar ou desclassificar a instituição como IMF, pois já há ampla literatura disponível sobre o assunto e diversas metodologias desenvolvidas², com destaque aos trabalhos realizados pela Prof^a Gaamaa Hishigsuren. Em seus trabalhos, a Prof^a Hishigsuren conclui que o BancoSol

¹ Estatísticas referentes ao ano de 2006 e disponíveis em <http://www.bolivia.gov.bo/>

² Outras avaliações de impacto aplicadas ao BancoSol podem ser vistas em Mosley (2001) e Weiss e Montgomery (2004).

hoje não pode mais ser enquadrado como uma IMF, dada a sua atual forma de operação, em especial no tocante à tecnologia aplicada na concessão, valor médio dos empréstimos e perfil da carteira de clientes.

Salientamos que a bibliografia disponível sobre o BancoSol é escassa e a maior parte foi produzida na década de 90, evidenciando a necessidade de estudos mais atualizados sobre esta peculiar instituição. Isso acrescenta dificuldade adicional à realização deste trabalho, pois tais dados não conseguem explicar com clareza todas as indagações que cabem ao caso. Mesmo dados estatísticos e governamentais são de difícil obtenção. Diante do exposto, faremos uma reflexão sobre o BancoSol com o que há disponível, aceitando que os dados encontrados possam ser insuficientes para elucidar todas as questões pertinentes.

Iniciaremos com a análise do histórico da instituição, desde a sua criação como Organização não Governamental até a atualidade, buscando encontrar relação entre os eventos econômicos e as mudanças estratégias de gestão implementadas pelo BancoSol, para avaliar o possível reflexo destes movimentos no mercado bancário boliviano.

Vale, no entanto, ressaltar que daremos foco especial a operação do BancoSol no período de 2000 a 2007, período este que corresponde a atuação mais efetiva da instituição como firma bancária, com o intuito de, do ponto de vista da eficiência bancária, verificar se há viabilidade no fomento da oferta de produtos de microfinanças, como forma de expansão consistente das atividades creditícias que permitem lucratividade capaz de sustentá-la.

De uma maneira geral, buscaremos dados que nos ajudem a entender como o BancoSol, enquanto instituição bancária comercial, consegue manter uma ampla carteira de créditos voltados aos microempreendedores bolivianos, ao mesmo tempo em que mantém foco no lucro, como qualquer banco comercial.

No capítulo 1, detalharemos os conceitos que serão utilizados ao longo deste estudo e também relato histórico das microfinanças no mundo e na América Latina. No capítulo 2, apresentaremos um quadro geral da história

econômica boliviana e do desenvolvimento das microfinanças naquele país, com vistas à identificação das especificidades que se produziram em virtude do cenário de crises econômicas, inquietações políticas e sociais e que levou ao surgimento de um sistema financeiro pioneiramente hábil a obter rentabilidade e lucros das atividades de microfinanças.

No capítulo 3, apresentaremos a peculiar história do BancoSol, que iniciou suas atividades como IMF (Instituição de Microfinanças), concedendo microcréditos através da formação e acompanhamento de grupos solidários, e acabou adotando a estratégia de transformar-se em banco comercial no ano de 1992. Buscaremos mostrar em detalhes as especificidades do modelo de microcrédito adotado pelo banco e também das estratégias comerciais adotadas como banco comercial. Traremos ainda os principais pontos em debate acadêmico encontrados na literatura sobre o BancoSol atualmente.

Para finalizar, apresentaremos no 4º capítulo as conclusões do presente estudo e no 5º capítulo as referências bibliográficas.

Em contexto mais amplo, esta pesquisa acrescentará dados importantes à discussão sobre a oferta de microfinanças e sobre suas relações com as atividades financeiras para o público de baixa renda por parte de bancos e de outras instituições financeiras, além das IMF.

1 – MICROFINANÇAS E CRÉDITO COMERCIAL

1.1 – Microcrédito e Microfinanças

Comumente os conceitos de microcrédito e microfinanças são vistos como sendo a mesma coisa, prejudicando o entendimento do assunto e diminuindo a percepção da importância que ambos os conceitos representam. Com o auxílio da bibliografia revisada sobre o assunto, apresentaremos a seguir os conceitos adotados para efeito desta pesquisa.

A percepção de que empréstimos de pequena monta poderiam fomentar atividades empreendedoras surgiu na década de 60, a partir dos estudos de economia agrícola e seu impacto na promoção do desenvolvimento econômico de Theodore W. Schultz.

Microcrédito corresponde à concessão de empréstimos de pequena monta destinados a financiar atividades empreendedoras para a população de baixa renda, normalmente não atendida no sistema convencional de crédito devido à assimetria de informação e ao não fornecimento de garantias reais, utilizando tecnologia específica para mitigação dos riscos.

Segundo MONZONI (2006), “a atividade de microcrédito, contudo, é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a conceder crédito de pequeno montante e distingue-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de redução da miséria e geração de renda.”

Para efeito desta pesquisa, adotaremos o conceito de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) instituído na Lei federal 11.110 de 25/04/2005 de criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Tal lei substituiu e/ou complementou todas as leis anteriores que abordavam parcialmente o assunto³ e definiu o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

³ Para mais informações sobre as leis anteriores a criação do PNMPO, veja <http://www.planalto.gov.br>

como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras das pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte, utilizando a metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, durante toda a vigência do contrato. Para que isso ocorra, as pessoas responsáveis pela concessão dos créditos devem ser treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e capacidade de endividamento de cada tomador, além de prestar orientação educativa sobre o uso do crédito e gestão sustentável dos negócios.

Já para microfinanças, trabalharemos conceitualmente como sendo o conjunto de serviços financeiros, que envolvem operações de microcrédito, seguros e poupanças, destinados à população pobre e excluída do sistema financeiro formal por não apresentar garantias para obtenção de tais serviços na rede bancária convencional, com o intuito de promover a geração de emprego e renda. É um conceito muito mais amplo que o de microcrédito, por envolver toda a rede de serviços financeiros relacionados ao desenvolvimento do empreendimento, do microempresário e de sua família.

Para RIBEIRO e CARVALHO (2005), “o financiamento produtivo a pequenos e microempreendedores, formais e informais, conhecido como microcrédito, foi o serviço pioneiro com esse perfil e responsável pelo posterior desenvolvimento do conceito amplo de microfinanças.”

Em seminário organizado pelo BNDES (2000), González-Vega ressaltou a atividade de microfinanças como importante a nível Macroeconômico, Institucional e Microeconômico:

A atividade de microfinanças é importante a nível:

- 1. Macroeconômico: microfinanças eficientes e sustentáveis podem contribuir para o crescimento econômico sustentável e equitativo;*
- 2. Institucional: microfinanças são parte de uma estrutura financeira necessária para a modernização do aparato produtivo. É uma atividade capaz de incorporar a amplos segmentos da população os frutos do crescimento econômico;*
- 3. Microeconômico: microfinanças eficientes e sustentáveis criam oportunidades para a melhoria do bem-estar dos depositantes e dos tomadores, além de oportunidades de ganhos para os intermediários financeiros que tenham capacidade de inovação, respondendo com um*

custo razoável às demandas autênticas e legítimas das empresas neste segmento de mercado.

Diante da complexidade de oportunidades e serviços envolvidos, as microfinanças constituem-se como uma oportunidade real de desenvolvimento econômico e social dos estratos mais pobres da população latino-americana, na medida em que permitem às pessoas de baixa renda aumentar sua qualidade de vida por meio da geração de emprego e renda e assim sair da situação de pobreza. Outro ponto a destacar é que as microfinanças contribuem fortemente para o desenvolvimento local e para a Economia Solidária.

Dentro do contexto latino-americano, segundo BERGER (2007 b), “as microfinanças são os serviços financeiros destinados principalmente às microempresas, seus proprietários/operadores e seus empregados.” Já o conceito de microempresa inclui atividades econômicas independentes, que podem abranger desde vendedores ambulantes até pequenas oficinas de costura e estas atividades são classificadas como tal em virtude dos riscos que seus proprietários/operadores assumem com seus próprios ativos.

Já as instituições de microfinanças (IMF), segundo o site PlaNet Finance, são os intermediários financeiros que têm por objetivo garantir acesso ao crédito destinado a produção para populações de baixa renda, excluídas do sistema bancário tradicional.

As IMF são as instituições que colocam em prática as operações envolvidas no conceito de microfinanças. Fazem todo o acompanhamento do ciclo do microempreendedor, desde a concessão do crédito, acompanhamento da destinação e utilização deste crédito, até a educação financeira e empresarial dos tomadores de crédito.

Segundo HISHIGSUREN (2007), para ser considerada uma Instituição de Microfinanças (IMF), a instituição financeira precisa necessariamente ter o objetivo de reduzir a pobreza. Qualquer afastamento deste objetivo, até mesmo o atendimento de clientes não-pobres, seria evidência concreta de perda de foco e descaracterização de uma IMF.

YUNUS (2004) acredita que a maximização dos lucros e o altruísmo implícito na atividade de microfinanças são mutuamente excludentes. Porém, para sanar problemas de auto-suficiência na obtenção e geração dos recursos necessários para manter o volume de microcréditos concedidos, algumas IMF migraram para o mercado bancário formal, como o BancoSol. Estas instituições ainda sustentam o título de IMF e continuam operando no mercado de microfinanças, embora não exclusivamente.

1.2 - Breve histórico das Microfinanças no mundo

A ortodoxia do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas demonstrou ser incapaz de promover a inclusão e distribuição das riquezas geradas. Segundo o IFC (International Finance Corporation) do Banco Mundial, os segmentos de “base da pirâmide” da população (pobres) na sua maior parte não estão integrados na economia de mercado global e dela não tiram proveito. Mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável, mais de 800 milhões passam fome e desnutrição e todo ano, 9,2 milhões de crianças morrem por doenças que podem ser prevenidas.⁴

Governos, organizações não governamentais (ONG), acadêmicos, empresas e um incontável número de organizações que defendem os interesses da sociedade têm buscado alternativas para alívio da pobreza em diversas partes do mundo. O desenvolvimento de pequenos negócios familiares tem se mostrado uma possibilidade real de melhoria das condições de vida da população de baixa renda, porém, constatou-se que as dificuldades de acesso ao sistema formal de crédito fragilizam tais iniciativas e mantêm estas pessoas em situação de exclusão.

Aumentar o volume de crédito e disponibilizar financiamento voltado às atividades produtivas, com taxas de juros justas e prazos compatíveis, mostrou-se primordial para promoção do desenvolvimento econômico-social

⁴ Fonte: <http://www.grameenfoundation.org>

local através do incremento de negócios locais. A demanda potencial por serviços de microcréditos é gigantesca, considerando-se o número de pobres espalhados pelo mundo. Diversos organismos internacionais de fomento, como a ONU e o Banco Mundial, têm ajudado aos governos na formulação e desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso dos mais pobres aos serviços básicos de saúde, moradia, saneamento, alimentação e educação.

Sob este aspecto, os serviços de microfinanças mostraram-se uma alternativa viável para geração de emprego e renda e combate à pobreza e se consolidaram em muitos países como instrumento de políticas públicas sociais.

Segundo o site Mix Market, no ano de 2007 cerca de 80,8 milhões de pessoas receberam microcréditos através das várias instituições de microfinanças espalhadas no mundo, perfazendo um empréstimo médio de US\$ 469. Os países com os maiores volumes concedidos foram: Indonésia com US\$ 3.965 bilhões, Colômbia com US\$ 3.430 bilhões, Peru com US\$ 2,928 bilhões, México com US\$ 2,635 bilhões e Vietnã com US\$ 2,204 bilhões.

Dentre as organizações que se dedicam a apoiar as atividades de microfinanças no mundo, destacamos:

- Consultative Group to Assist the Poor (CGAP)⁵, é um centro global de pesquisas, que reúne 33 agências de cooperação multilaterais e bilaterais e atua como agência independente dedicada a garantir o acesso dos pobres a avançados serviços financeiros como forma de aumentar o bem estar familiar e a capacidade produtiva dos participantes dos programas apoiados pelo CGAP. Para isso, o CGAP reúne informações técnicas e desenvolve tecnologia de negócios voltadas à capacitação das IMF. O CGAP fornece ferramentas operacionais, treinamento, consultoria e capacitação das Instituições de Microfinanças para torná-las sustentáveis.

- International Finance Corporation (IFC) é um membro do Grupo Banco Mundial, criado em 1956, que tem se dedicado a fomentar iniciativas de microfinanças em países em desenvolvimento, através de apoio financeiro e

⁵ Fontes: www.cgap.org e MONZONI (2006).

assessoria técnica às IMF e aos governos no desenvolvimento de marcos regulatórios e supervisão do sistema financeiro adequados às necessidades das atividades de microfinanças. O IFC conta com 182 países membros de todos os continentes. Em 2008, o IFC apoiou programas de acesso à energia para aproximadamente 147 milhões de clientes e distribuição de água para 18 milhões de clientes atendidos nos países em desenvolvimento, treinou mais de 20.000 empreendedores para desenvolvimento de habilidades gerenciais em seus pequenos negócios e proveu assistência na concessão de 7 milhões de microcréditos e no financiamento de mais de 500.000 mil casas.

- USAID, que é uma agência do governo americano que visa apoiar os micro e pequenos empresários através do fortalecimento do status econômico e da segurança alimentar das famílias assistidas pelo Programa de Integração Financeira, Alavancagem Econômica, Ampla Disseminação e Apoio (FIELD-Support) da entidade (MONZONI,2006).

- A Fundação Grameen foi criada em 1997 com a missão de criar um mundo livre da pobreza e hoje é a instituição líder na luta contra pobreza na Africa Sub-Saariana, Ásia e Mundo Árabe, apoiando também programas nas Américas. Através das microfinanças e tecnologia, a fundação fornece às organizações locais conhecimento, recursos, consultoria e inovações para identificar soluções em larga escala e desenvolvimento de estratégias para alívio da pobreza.

- Acción Internacional é uma organização privada sem fins lucrativos fundada em 1961 e tornou-se líder em microfinanças em 1973. Esta organização se financia por meio de fundos públicos e privados e atua com o objetivo de redução da pobreza através da concessão de microcréditos, capacitação gerencial e outros serviços financeiros aos pobres, com experiência no campo de desenvolvimento econômico internacional. A Acción opera em 24 países da América Latina, Caribe, Ásia e África subsaariana, além dos Estados Unidos. De 1998 a 2008, os programas subsidiários da Acción atenderam a 7,7 milhões de pessoas, sendo 61% mulheres, num montante de

US\$ 23,4 bilhões⁶. O valor do empréstimo médio concedido na América Latina foi de US\$ 951, na África US\$ 1,181 e na Ásia US\$ 161, demonstrando as diferentes necessidades e especificidades de cada continente.

- FINCA (Foundation for International Community Assistance)⁷, a ONG fundada em 1984 numa experiência com fazendeiros bolivianos, tornou-se especialista em atuar em regiões pós-conflitos (civis e/ou guerras) no atendimento de refugiados. Ficou conhecida internacionalmente pelo desenvolvimento da metodologia de concessão de microcréditos intitulada *village banking*, “que consiste na formação de grupos de 10 a 15 membros, de preferência mulheres com filhos, que se encontram semanalmente para receber três tipos de serviços: pequenos montantes de crédito produtivo, para começar ou expandir seus negócios; incentivos para poupança; e um sistema comunitário de suporte mútuo e de fortalecimento pessoal. Os membros das vilas garantem o aval de todos, em sistema solidário, elegem seus líderes, definem regras – estatutos – de convivência, mantêm os livros, gerenciam os recursos, responsabilizando-se pelo monitoramento dos empréstimos e punição na falta de cumprimento” MONZONI (2006).

A FINCA possui subsidiárias na África (Congo, Malawi, Tanzânia, Uganda e Zâmbia), América Latina (Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México e Nicarágua), Leste Europeu (Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Kosovo, Kyrgystão, Rússia e Tajikistão) e Oriente Médio (Afeganistão e Jordânia) e em 2008 encerrou o ano com 744.756 clientes nos 21 programas da organização e total de empréstimos concedidos de US\$ 817,4 milhões.

Muitos programas de microfinanças têm sido postos em prática com grande êxito em diversos países em todos os continentes, como por exemplo Índia, Bangladesh, Costa Rica, Perú, Indonésia, Sri Lanka, Tailândia, Vietnam, Angola, Congo, Marrocos, Egito e etc., visando alívio da pobreza em tais países através da provisão de financiamento às atividades produtivas na zona rural, prioritariamente.

⁶ Fonte: <http://www.accion.org>

⁷ <http://www.villagebanking.org>

Na Ásia, o grande destaque em programas de microfinanças foi desenvolvido em Bangladesh, com o Grameen Bank do Prof^o Muhammad Yunus. Esta iniciativa foi a experiência mais importante na concessão de microcréditos e serviu de exemplo a expansão das atividades de microfinanças em todo o mundo, haja vista a metodologia creditícia desenvolvida neste programa, que é baseada na formação voluntária de pequenos grupos de cinco pessoas moralmente ligadas para prover garantia mútua ao invés das garantias formais requeridas pelos bancos convencionais. Primeiramente, só dois membros do grupo podem tomar o empréstimo e, dependendo do seu comportamento no repagamento, os próximos dois integrantes podem tomar o empréstimo e só então o quinto membro. Acredita-se que se os tomadores individuais estão dando acesso ao crédito uns aos outros, eles sejam capazes de identificar e se engajar em atividades rentáveis.

O método adotado pela instituição segue os seguintes princípios: um sistema de crédito precisa basear-se nas especificidades sócio-culturais locais, mais do que em técnicas pré estabelecidas na atividade bancária convencional; o desenvolvimento é um processo de longo prazo que depende da vontade e compromisso dos agentes econômicos; o sistema de crédito deve servir aos pobres e não os pobres ao sistema, por isso os agentes de crédito devem ir até os tomadores e conhecer suas necessidades; servir aos mais pobres e necessitados de recursos, que não tem acesso ao sistema de crédito formal; inicialmente, os créditos devem restringir-se ao financiamento de atividades produtivas geradoras de renda, livremente escolhidas pelos tomadores, além de fazer o possível para que o tomador seja capaz de pagar o empréstimo; apoiar-se nos grupos solidários na concessão, pois a formação de pequenos grupos informais de mesmo histórico social e com confiança entre si constitui-se em garantia de repagamento dos empréstimos tomados; poupanças associadas ao crédito são pré-requisito obrigatório, onde parte do valor tomado deve ser depositado como reserva; a combinação de monitoramento assistido dos tomadores com procedimentos simples e padronizados sempre que possível; fazer o possível para assegurar o equilíbrio do sistema financeiro e finalmente investir em recursos humanos, através do treinamento de líderes

para que eles promovam o real desenvolvimento ético baseado no rigor, criatividade, conhecimento e respeito ao ambiente rural⁸.

Ainda em Bangladesh há o BRAC, instituição que atua desde 1972 e acredita que a pobreza precisa ser atacada sob o ponto de vista holístico, levando os indivíduos de seres necessitados de ajuda para cidadãos no controle de seus destinos. A BRAC atua em 70.000 vilas e 2.000 favelas, fornecendo serviços essenciais de assistência à saúde, educação, suporte técnico aos negócios e assistência jurídica para cerca de 110 milhões de mulheres, segundo dados da ONG. A instituição mantém atividades também no Afeganistão, com operações em 75% do país e 179.000 clientes. Na África, BRAC atende na Tanzânia e Uganda e lá atende mais de 117.000 clientes. Há planos futuros de expansão das atividades para Serra Leoa e Libéria⁹.

Outra instituição que atua em Bangladesh é a ASA, ONG criada em 1978, desenvolveu um modelo de operação em microfinanças intitulado “ASA Cost-effective and Sustainable Microfinance Model”, com o intuito de reduzir a dependência de doações para operações de microfinanças. Possui 3.324 agências em Bangladesh e mais de 7.13 milhões de clientes ativos (71% mulheres) em 72.240 vilas, que movimentaram US\$ 356 milhões em 2007. O valor do empréstimo médio foi US\$ 130¹⁰.

No Paquistão, os programas Aga Khan Rural Support Programme (AKRSP), Orangi Pilot Project (OPP) e o Rural Support Programs (RSP), são as instituições apoiadas pelo CGAP e que provém uma grande variedade de serviços sociais, incluindo serviços financeiros. A Kashf Foundation é a maior instituição de microfinanças no Paquistão atualmente.¹¹

Na Índia, cerca de 92% dos trabalhadores e 96%¹² das mulheres pertencem ao setor informal, razão pela qual durante décadas o governo e o Banco Central indianos têm procurado estabelecer um setor financeiro inclusivo como política prioritária de governo, inclusive com a promoção de mudanças

⁸ Para mais informações sobre o método aplicado no Grameen Bank, veja <http://www.grameen-info.org>

⁹ Fonte: <http://www.brac.net>

¹⁰ Fonte: <http://www.asa.org.bd>

¹¹ Mais informações: www.cgap.org

¹² Fonte: <http://www.sewabank.com>

importantes na regulação do sistema financeiro¹³. O Regional Rural Banks, especializado em créditos rurais, e o SEWA (Self Employed Women's Association) Bank, especializado no atendimento de microfinanças para mulheres oferecendo inclusive serviços de saúde, tem conseguido aumentar a renda dos tomadores de crédito inseridos nesses programas, segundo avaliações de impacto em renda já realizadas.¹⁴ Segundo MONZONI (2006), a maior instituição de microfinanças da Índia é a SHARE Microfin Limited (SML) que visa reduzir a pobreza através da concessão de microcréditos médios de US\$ 101 para mulheres em áreas rurais. A instituição quer expandir seus atendimentos a 15 milhões de pessoas até 2012-2013.¹⁵

Ressaltamos ainda outra excepcional experiência desenvolvida na Ásia, especificamente na ilha de Java, pelo Bank Rakyat Indonesia (BRI). A instituição financeira iniciou suas atividades em 1895 na gestão de fundos de uma pequena mesquita e desde então sofreu várias alterações de nome em função das alterações políticas ocorridas no país. Em dezembro de 1946, tornou-se o primeiro banco público da Indonésia com o atual nome de Bank Rakyat Indonesia (BRI) e em 2003 o governo abriu o capital do banco e vendeu 30% de suas ações para o público na Bolsa de Valores local. Atualmente, Bank Rakyat Indonesia (BRI) tem 43% de suas ações negociadas no mercado de capitais.¹⁶

A instituição opera concedendo microcréditos individuais, algo incomum às instituições de microfinanças na Ásia. É a maior instituição de microfinanças da Indonésia, com participação ativa na execução de políticas públicas de redução de pobreza e fomento. O banco prioriza serviços para micro, pequenas e médias empresas, oferecendo os serviços de poupança, empréstimos, financiamento ao consumo (cartões de crédito), embora também realize operação como Banco de Investimento dando suporte às empresas estatais. Segundo dados da instituição, o banco encerrou 2008 com

¹³ Fonte: <http://www.usaidmicro.org>

¹⁴ Para informações completas sobre tais avaliações veja Weiss e Montgomery (2004).

¹⁵ Fonte: <http://www.sharemicrofin.com>

¹⁶ Fonte: <http://www.bri.co.id>

aproximadamente 30 milhões de clientes¹⁷. O conjunto de instituições de microfinanças atuantes na Indonésia concedeu um total de US\$ 3,979,524,174 no 2007.¹⁸

A África é um dos continentes mais expostos à pobreza no mundo. Segundo MONZONI (2006), na África dois países se destacam com programas de microfinanças: o Marrocos e o Egito. No Marrocos, há quatro grandes instituições atuando no país: a Association Al Amana for the Promotion of Micro-Enterprises Morocco (Al Amana), Fondation Zakoura, Fondation Banque Populaire pour le Micro Crédit (FBPMC) e a Foundation For Local Development and Partnership (FONDEP), iniciativas apoiadas pela USAID¹⁹.

No leste europeu o destaque é o Grupo ProCredit, que é uma holding fundada em 1998 que engloba 22 instituições financeiras em crescimento, que operam com critérios comerciais, visando a sustentabilidade das operações, em países com economias em transição e países em desenvolvimento, com atuação também na América Latina e África. A principal atividade da instituição é a concessão de crédito e outros serviços bancários à micro e pequenas empresas, com ênfase nos negócios familiares. Segundo dados da instituição, 93,6% dos créditos vigentes em junho de 2009 eram inferiores a 3.000 Euros e 50,5% inferiores a 1.000 Euros.

Há muitas outras importantes organizações atuando no suporte às atividades de microfinanças, que não apresentaremos no presente trabalho.²⁰

1.3 - Microfinanças na América Latina

A América Latina tem sido campo fértil para muitas experiências em microfinanças, haja vista o grande número de instituições atuando simultaneamente no continente.

¹⁷ A população da Indonésia é de aproximadamente 240 milhões de pessoas

¹⁸ Fonte: <http://www.mixmarket.org/>

¹⁹ Mais informações: <http://www.usaidmicro.org>

²⁰ Para mais informações veja Monzoni (2006) e Weiss e Montgomery (2004)

Segundo BERGER (2007a), os precursores da indústria microfinanceira lançaram programas inovadores e iniciaram suas atividades na América Latina nas décadas de 1970 e 1980.

A autora destaca a experiência do Projeto Uno, desenvolvido no Recife Brasil, de 1972 a 1979, que começou a oferecer pequenos empréstimos de capital para trabalho a microempresas, com a visão de que o acesso e a agilidade no processo de concessão do crédito seriam mais importantes do que a taxa cobrada. Neste projeto houve a introdução da idéia de agentes de crédito jovens e proativos, que travavam relacionamento com os clientes e faziam o acompanhamento de todas as etapas do ciclo de crédito, da concessão ao pagamento. A pesquisadora enfatiza que, no início das atividades de microfinanças na América Latina, dois países se destacaram no debate do modelo ideal a ser aplicado no continente e onde se concentraram esforços de aprendizagem: a Colômbia e a República Dominicana. Na Colômbia, a Fundação Carvajal era representante do modelo de crédito acompanhado de capacitação, realizou um debate amplo com as instituições afiliadas, dentre elas a ACCIÓN Internacional. Destas discussões, a ACCIÓN optou por trabalhar com o modelo de crédito acompanhado de serviços adicionais, visando enfoque minimalista da atividade de microfinanças.

No final dos anos 80 a Colômbia foi precursora de modelo de instituições de segundo piso para financiamento de crédito às microempresas, com participação governamental. Com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Colômbia e outros países como El Salvador, Paraguai e Peru criaram programas destinados a canalizar fundos e assistência técnica para bancos comerciais e instituições de microfinanças especializadas, como forma de aumentar a oferta de crédito aos microempreendedores. Estes programas contribuíram para a rápida expansão das atividades de microfinanças nos países em que foram implementados, com destaque para Argentina e Colômbia, onde a participação do Estado foi maior.

Em relação à rentabilidade e sustentabilidade das instituições de microfinanças na América Latina, pode-se dizer que as operações das instituições de microfinanças latino-americanas estão entre as mais elevadas

do mundo, próximas da rentabilidade de bancos comerciais convencionais. Para vencer os altos custos ligados às operações de empréstimos muito pequenos, que se colocam como uma barreira à entrada de bancos convencionais neste nicho de mercado, foi necessário o desenvolvimento de sistemas de avaliação de riscos que permitissem conceder crédito a clientes sem garantias formais e baixo nível de informação de renda e sem histórico creditício.

As estatísticas nos ajudam a compreender a causa desta demanda por serviços de microfinanças. Segundo dados da CEPAL, em 2007 havia 12,6% da população total da América Latina em situação de indigência e 34,1% em situação de pobreza, destes 52,1% estavam nas áreas rurais e 28,9% nas áreas urbanas. Isso corresponde a cerca de 70,2 milhões de pessoas em indigência e 189,9 milhões de pobres. Estes números evidenciam a necessidade mandatória de formulação de políticas sociais voltadas ao combate da pobreza no continente, razão pela qual as microfinanças têm se desenvolvido em muitos países da América Latina.

O caso mais relevante de microfinanças na América Latina é indubitavelmente o BancoSol, que por seu pioneirismo e trajetória inusitada adquiriu importância mundial e se consolidou como exemplo de instituição de microfinanças eficaz no desenvolvimento de técnicas que permitiram uma operação rentável, tanto na fase de início e de expansão, quanto mais recentemente como instituição bancária. Após sua transformação de IMF para banco comercial, várias outras instituições seguiram seu exemplo e partiram para a formalização do setor bancário em busca de auto-sustentabilidade financeira.

Ainda na Bolívia há que se dar destaque às outras instituições que atuam no país. Dentre elas, a atuação do Grupo ProCredit através do Banco Los Andes ProCredit Bolívia. A instituição nasceu em 1990 como ONG especializada em microfinanças “ProCrédito”, em 1995 foi convertida para FFP (Fondo Financiero Privado) ainda como uma organização não bancária e somente em 2005 tornou-se banco sob regulação da Superintendência de Bancos e Entidades Financeiras da Bolívia, quando contava com 74 mil

clientes que movimentavam US\$ 146 milhões²¹. Atualmente é o maior ofertante de microcrédito na Bolívia, ultrapassando o BancoSol em número de créditos concedidos. A rápida expansão das operações do Banco los Andes na Bolívia serviu de modelo de desenvolvimento para os outros países onde o Grupo ProCredit atua. Em 2007 o Banco Los Andes atendeu 94.326 clientes, concedeu 105 mil créditos, com carteira bruta de crédito de cerca de US\$ 271 milhões²².

Outra organização, o Fondo Financiero Privado para el Fomento a Iniciativas Económicas (FIE) é uma ONG criada em 1985 que também atua na Bolívia na concessão de microcrédito produtivo para famílias e microempreendedores excluídos do sistema de crédito formal. Em 2007 o FIE girou US\$ 161,2 milhões em empréstimos para 79.553 clientes²³.

O Pro Mujer- Bolívia é uma organização especializada na concessão de crédito para mulheres que foi fundada em 1990 com recursos do USAID e do governo boliviano, em 2007 atendeu 99.561 mulheres bolivianas com total de empréstimos de US\$ 21,4 milhões.²⁴

O Pro Mujer também atua em outros países da América Latina e apresentou os seguintes números em 2007: na Argentina atendeu 5.758 mulheres e concedeu volume de empréstimos de US\$ 669 mil, no México atendeu 19.917 mulheres com volume de empréstimos de US\$ 5,1 milhões, na Nicarágua atendeu 25.388 mulheres e concedeu volume de empréstimos de US\$ 3,9 milhões e no Perú trabalhou com 42.583 mulheres que movimentaram um volume de crédito de US\$ 8,5 milhões²⁵.

A PRODEM FFP (Fondo Financiero Privado PRODEM) foi criada em 1986 e deu origem ao BancoSol em 1992. Após transferir os clientes das áreas urbanas ao BancoSol, continuou operando com os clientes rurais, concedendo créditos com metodologia de crédito solidário e individual. Em 2007, concedeu

²¹ Fontes: Monzoni (2006) e <http://www.procredit-holding.com>

²² Fonte: ASOFIN Bolívia (<http://www.asofinbolivia.com>)

²³ Fonte: <http://www.mixmarket.org>

²⁴ Fonte: <https://promujer.org/>

²⁵ Idem

US\$ 166,6 milhões a 85.578 clientes, com empréstimos no valor médio de US\$ 1,947²⁶.

Na América do Sul, o Peru também se destaca com programas de microfinanças. Naquele país a instituição de maior atuação é o Banco Del Trabajo (Branta)²⁷, que iniciou suas operações em 1994 enfocando suas atividades em banco de financiamento de consumo para população de baixa renda e microempresas. Conta com 69 agências e mais 14 miniagências (correspondentes bancários em farmácias). Em 2006 concedeu mais de 1,3 milhões de créditos, sendo 38% destinados às pequenas e médias empresas.

O Mibanco é outra instituição de microfinanças que atua no Peru e iniciou atividades em 1998 com o objetivo de atender às necessidades financeiras dos microempresários peruanos. Herdou uma carteira de 13.000 clientes da ACP Inversiones y Desarrollo (antes Acción Comunitaria Del Peru - ACP), que era uma associação civil sem fins lucrativos que operava no setor microempreendedores há 35 anos. O quadro acionário da instituição conta com participação das seguintes empresas: Acción Investments in Microfinance SPC, com 8,98%; Acción Internacional com 6,33%; Stichting Hivos – Triodos Fond, com 5,22%; Stichting – Triodos Doen, com 5,22%; La Positiva Compañía de Seguros, com 5,02%, Triodos Fair Share Fund, com 0,88% e outros investidores, que contam com 4,49% das ações. Desde sua fundação, o Mibanco concedeu cerca de 1.5 milhões de créditos que giraram em torno de US\$ 273,1 milhões em 2006²⁸. A demanda de créditos concentra-se em Lima, onde são concedidos cerca de 70% do total.

No México, as instituições de microfinanças dedicam-se a financiar os pequenos negócios familiares, muitos deles voltados ao artesanato local e agricultura. O conjunto de IMF mexicanas concedeu US\$ 2,6 bilhões no ano de 2007²⁹. A Caja Popular Mexicana³⁰ é uma instituição que atua desde 1951 sem fins lucrativos que opera como Sociedade Cooperativa de Poupança e Crédito.

²⁶ Fonte: <http://www.mixmarket.org>

²⁷ Fonte: <http://www.creditosperu.com.pe>

²⁸ Fonte: <http://www.creditosperu.com.pe/banco-mi-banco-mibanco-peru.php>

²⁹ Fonte: <http://www.mixmarket.org/>

³⁰ Fonte: <http://www.cpm.org.mx/>

Conta com mais de 1.4 milhão de sócios espalhados em mais de 370 sucursais. Em 2007 a instituição girou US\$ 1,2 bilhão em empréstimos concedidos³¹ a 778.808 clientes ativos (60,48% mulheres). Segundo MONZONI (2006), ainda no México há também a Compartamos Banco, fundada em 1990 como ONG e iniciou suas atividades concedendo créditos através da metodologia de *village banking*, em 2006 foi transformou-se em banco comercial e em 2008 foi incorporada ao IPC. Em 2007, contava com 1.155.850 clientes, dos quais 98% são mulheres microempresárias, que tomaram emprestados US\$ 377,7 milhões, com valor médio do empréstimo de US\$ 450.

Outro país cujas instituições de microfinanças têm se desenvolvido amplamente, perdendo em penetração apenas para a Bolívia, é a Nicarágua, onde o enfoque deu-se sobre a criação de instituições e programas de microfinanças em quantidade, de forma pulverizada, sem o aparato regulatório e supervisão adequados (MONZONI, 2006). As organizações mais representativas na atuação microfinanceira na Nicarágua são: a Asociación de Consultores para el Desarrollo de la Pequeña, Mediana y Microempresa (ACODEP) criada em 1989 com o intuito de conceder créditos a micro e pequenas empresas em áreas urbanas da Nicarágua, além de capacitação gerencial, possui cerca de 70.933 clientes que giraram US\$ 34,3 milhões em créditos em 2007³²; a Asociación de Oportunidad y Desarrollo Económico de Nicarágua (ASODENIC) foi criada em 1995 com o propósito de apoiar as mulheres empreendedoras e em 2007 distribuiu entre os 38.642 clientes ativos cerca de US\$ 4,8 milhões³³; o Banco Procred NIC foi fundado em 2000 e no ano de 2007 concedeu 101.002 créditos através de suas 29 oficinas, perfazendo um volume de cerca de US\$ 132,5 milhões³⁴; Financiera FAMA, criada em 1992 para atender aos pobres economicamente ativos concedendo créditos às atividades produtivas e em 2007, distribuiu o montante de US\$ 40,5 milhões em créditos, fazendo uso das tecnologias de crédito solidário e individual, para 37.296 clientes³⁵ e finalmente o Centro de Promoción del

³¹ Fonte: <http://www.mixmarket.org>

³² Idem

³³ Fonte: <http://www.asodenic.org.ni>

³⁴ Fonte: <http://www.mixmarket.org> e <http://www.procredit.com.ni>

³⁵ Fonte: <http://www.mixmarket.org>

Desarrollo Local y Superación de La Pobreza (CEPRODEL) que é uma ONG e atende cerca de 14.000 clientes (60% mulheres) e 28 cooperativas e somou até maio de 2007 US\$ 10,3 milhões em ativos.

No Equador, destacam-se dentre as instituições de microfinanças no país o Banco Solidario, a Credi Fé e o Banco ProCred ECU. Em 2007, o Banco Solidario distribuiu um total de 174.572 de créditos, totalizando um montante de US\$ 335,4 milhões e um crédito médio US\$ 1,638³⁶. A Credi Fé (que é a subsidiária para serviços de microfinanças do privado Banco Pichincha) atendeu em 2007 85.682 clientes que movimentaram US\$ 253,7 milhões³⁷. O Banco ProCredit ECU foi fundado em 2001 e em 2007 concedeu US\$ 234,1 milhões em créditos para 66.410 clientes.

Na Colômbia, a principal instituição de microfinanças é o Banco Caja Social Colombia, que desde 1991 utiliza os serviços financeiros de microfinanças como forma de bancarização e reinserção social. Em 2007, tinha 902.486 clientes ativos que giraram US\$ 2,2 bilhões de dólares³⁸. Outra instituição colombiana de destaque é a Women's World Banking-Cali (WWB Cali), criada em 1982 que concede créditos preferencialmente para mulheres e em 2007 concedeu US\$ 214,1 milhões entre 192.258 clientes.

No Brasil, ressaltamos a atuação de 3 instituições: CrediAmigo, o Banco Popular do Brasil e a Central Cresol Baser.

O Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste do Brasil S.A., que é um banco público federal e constitui-se como o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. Atua no nordeste do país como executor de políticas públicas e seu programa de microfinanças é exemplo no Brasil. O programa iniciou-se em 1997 e em 2007 liberou US\$ 137,7 milhões em créditos para 299.975 clientes (64% mulheres)³⁹.

O Banco Popular do Brasil é o braço para microfinanças do também banco público federal Banco do Brasil S.A.. Foi criado em 2004 com o intuito de

³⁶Fonte: <http://www.banco-solidario.com>

³⁷Fonte: <http://www.mixmarket.org>

³⁸Idem

³⁹Ibidem

ser o banco popular dos brasileiros, através da inclusão e educação financeira. Em 2007 concedeu US\$ 17,1 milhões para 243.347 clientes (54% mulheres)⁴⁰.

A Central Cre\$ol Baser (Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária – Base de Serviços) foi criada em 1995 e constitui-se numa rede descentralizada de cooperativas de crédito rural que atendem exclusivamente famílias de pequenos agricultores fornecendo serviços financeiros, educacionais e capacitação gerencial. Em 2007, a Cre\$ol Baser atendeu 40.596 clientes com giro de US\$ 152,4 milhões⁴¹.

Em 2001, a demanda potencial por serviços de microfinanças no Brasil, segundo cálculos da equipe de técnicos do BNDES, era de 8,2 milhões de pessoas e a taxa de penetração das microfinanças no Brasil em relação à demanda potencial era de apenas 2,0% (NICTER, GOLDMARK e FIORI, 2002).

Para efeitos de comparação, segundo MONZONI (2006), a taxa de penetração de microfinanças na Bolívia era de 163%, Nicarágua 72%, El Salvador 69% e Perú 30%, corroborando o potencial de desenvolvimento e expansão das atividades de microfinanças no Brasil e em toda a América Latina.

As organizações de microfinanças na Ásia e América Latina desenvolveram-se sob condições muito distintas, em virtude de situação econômica, características ideológicas e políticas que culminaram em diferenças significativas, que são evidenciadas quando comparamos a atuação das instituições nos dois continentes.

Segundo WEISS e MONTGOMERY (2004), que realizaram a compilação de dados de várias pesquisas sobre avaliação de impacto e custo de efetividade de IMFs em todo o mundo, as maiores diferenças evidenciam-se quando são comparadas as IMFs mais famosas de cada continente: o Grameen Bank de Bangladesh, na Ásia, e o BancoSol da Bolívia, na América do Sul. O Grammen iniciou suas atividades na concessão de microcréditos nas

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ Fontes: <http://www.mixmarket.org> e <http://www.cresol.com.br>

áreas rurais de Bangladesh. O BancoSol iniciou atividades atendendo aos clientes de áreas urbanas, o que corrobora o fato de que na América Latina as microfinanças se desenvolveram e ainda hoje atuam principalmente nas áreas urbanas, como forma de combater o desemprego e a informalidade nas cidades.

Os autores observam que na Ásia, as IMFs apresentam volume de crédito, depósitos e número de clientes atendidos, maiores que em qualquer outro continente. Eles ressaltam ainda que o tamanho dos empréstimos médios e depósitos também são geralmente utilizados como medida do alcance de atuação das IMFs e, neste aspecto, mais uma vez as microfinanças na Ásia se destacam. Os dados observados por eles sugerem que as IMFs asiáticas são líderes mundiais em termos de volume (número de clientes) e profundidade (pobreza relativa dos clientes) de seus programas de microfinanças ao mesmo tempo que o tamanho médio dos empréstimos e depósitos é geralmente inferior aos operados em outros continentes, mesmo quando considerado o PIB per capita, o que seriam evidência de que, na Ásia, as instituições de microfinanças realmente buscam os mais pobres.

O valor mais alto dos empréstimos médios praticados na América Latina, em comparação aos asiáticos, pode ser indicativo de que as IMFs latino-americanas, em virtude de seu caráter urbano, atuem com mais foco no desenvolvimento de microempreendimentos, considerando como público alvo os pobres economicamente ativos, em detrimento da preocupação em atender efetivamente aos mais pobres.

Quanto à viabilidade financeira, os dados consolidados pelos autores indicam que as IMFs da América Latina levam vantagem em relação às asiáticas. Na média, as IMFs latino-americanas obtêm retorno maior que as asiáticas e estão mais avançadas no processo de financiamento de suas atividades via captação de depósitos do público nas IMFs regulamentadas. As maiores IMFs operando na América Latina apresentam retornos sobre os ativos acima da média do setor bancário comercial em seus respectivos países, como

ocorre, por exemplo, com o BancoSol⁴². Já as menores IMFs da região na média operam com substancial perda financeira, quando os custos são calculados em taxas comerciais.

Esse forte desempenho das maiores IMFs latino-americanas está relacionado com uma tendência para a comercialização de microfinanças na região, que se constitui num paradoxo entre o objetivo de redução de pobreza e a busca por lucros implícita na comercialização. A busca por sustentabilidade financeira tem feito muitas IMFs no mundo migrarem para entidades controladas e comerciais. Os autores ressaltam que o impacto da comercialização sobre a atuação de IMFs e suas desvantagens ainda é um assunto ainda pouco explorado empiricamente e não há evidências concretas nos estudos avaliados de que a não comercialização seja garantia de que os programas de microfinanças sempre alcançarão os mais pobres.

WEISS e MONTGOMERY (2004) identificaram ainda que tanto na Ásia quanto na América Latina observa-se uma tendência de bancos comerciais, privados e públicos, abrangerem cada vez mais atividades de microfinanças no rol de serviços oferecidos.

Em ambas as regiões, eles viram tendências de oferta de uma gama maior de serviços financeiros, afastando-se da tradicional concessão via grupo solidário e migração para empréstimos individuais e acreditam que isso sintetize uma maior evolução da comercialização do setor, com a América Latina mais avançada neste processo. As ONGs, com raras exceções, ainda não conseguiram atingir a sustentabilidade financeira e continuam dependentes de subsídios e doações. Na Ásia, elas ainda são a maioria das IMFs. Sob este aspecto, os pesquisadores ressaltam mais uma vez a necessidade de novas investigações sobre o impacto da comercialização sobre a atuação das IMFs.

Os autores concluem o estudo afirmando que a Ásia tem muito a aprender com a América Latina em termos de desenvolvimento de um vibrante setor microfinanceiro orientado à comercialização, embora na América Latina as instituições de microfinanças têm sido vistas como uma ferramenta para o

⁴² Para mais informações sobre o desempenho comercial do BancoSol, veja www.bcb.gov.bo

desenvolvimento do setor microempreendedor, como no caso boliviano, e não para efetivamente combater o núcleo da pobreza, que foi o foco inicial em grande parte da Ásia. Também ressaltam que o fato de uma IMF não ser auto-sustentável financeiramente não deveria ser razão para não apoiá-la e que a avaliação das IMFs deveria considerar quais benefícios, em termos de incremento de renda aos pobres, podem ser conseguidos com o subsídio dado a estas IMFs.

Segundo BERGER (2007 b), a principal característica que distingue a indústria de microfinanças da América Latina em relação às atividades de microfinanças desenvolvidas na Ásia, África e outras economias em transição do Leste Europeu é o fato de que na América Latina as microfinanças não têm foco exclusivo nos pobres e sim nas microempresas e pessoas sem acesso ao sistema de crédito convencional e não bancarizados. Embora na década de 80 a maioria das IMF latinoamericanas realmente tenham se ocupado dos mais pobres, o grupo mais atendido com o crescimento do mercado são os microempreendedores. Outros elementos que distinguem as atividades de microfinanças na América Latina das desenvolvidas em outros continentes são a sua adaptabilidade e capacidade de resposta às demandas dos clientes, sua maior concentração em áreas urbanas, a diversidade de sua clientela e a forte orientação comercial das instituições líderes em microfinanças na região em termos de operações, desempenho financeiro, financiamento e propriedade.

A pesquisadora argumenta ainda que em relação ao tamanho médio dos empréstimos, na América Latina os empréstimos concedidos tendem a serem maiores que os concedidos em outras partes do mundo porque o objetivo do crédito concedido não se limita apenas a tirar os tomadores da pobreza, mas em garantir a sustentabilidade financeira desses tomadores, além do fato da situação econômica na América Latina estar em melhores condições que outros países. Ela destaca ainda que recentes investigações quantitativas indicam que o grau em que as microfinanças chegam aos pobres e aos grupos de baixa renda varia de país a país e em função do tipo de instituição financeira, onde as organizações governamentais obtêm maior êxito no atendimento às camadas mais pobres.

2 – SISTEMA FINANCEIRO E MICROFINANÇAS NA BOLÍVIA

Neste capítulo, traremos os principais fatos da história econômica e também do setor de microfinanças na Bolívia, com o intuito de traçar o cenário sob o qual o setor financeiro se desenvolveu no país e discutir o impacto de eventos econômicos críticos sobre o desenvolvimento das microfinanças.

2.1 – Bolívia: história econômica e sistema financeiro

A Bolívia é um país pobre, rico em recursos naturais e com forte dependência histórica do setor externo, seja pela demanda para as exportações de *commodities*, em especial gás natural, petróleo e minérios, seja pela necessidade de financiamento e investimento estrangeiro direto, necessários para financiar infraestrutura, inclusive para exploração dos recursos naturais.

A história boliviana é marcada por tensões sociais.

Segundo CUNHA (2004), há dois momentos cruciais na história recente da Bolívia: a Revolução de 1952, que foi a origem do modelo nacional-desenvolvimentista, e o período 1982-85, marco da redemocratização e da implantação do ajuste liberalizante.

Após a guerra civil de 1949 e a greve geral de 1950, as eleições presidenciais de 1951 acabaram num golpe militar, o que gerou grande inquietação social na Bolívia, levando trabalhadores e sindicatos a enfrentamentos armados com os militares nas ruas das cidades. Tais inquietações culminaram em Revolução de 1952. Com a visão de que os recursos naturais são bens soberanos e por isso deveriam servir aos mais pobres, algumas reformas estruturais foram postas em prática com o intuito de diminuir a pobreza e aliviar as tensões sociais que assolavam o país:

- A reforma agrária de 1952, que promoveu a redistribuição de terras entre a população indígena e camponeses nas regiões de altiplano e vales;
- Estabelecimento do voto universal;
- Introdução de uma reforma educacional;
- Promoção da integração espacial do país;
- A nacionalização das minas de estanho em 1952 e
- A nacionalização das reservas de gás natural em 1965.

Em suma, o tamanho do Estado crescera ao participar de toda a cadeia produtiva do país, gerindo desde empresas de energia, telecomunicações, petróleo à companhia aérea. O Estado tornou-se o grande empresário do país.

A política comercial foi orientada a proteger a indústria nacional com tarifas alfandegárias diferenciadas, a política cambial manteve o câmbio fixo e a política fiscal utilizava-se de subsídios e impostos com o intuito de favorecer setores específicos (PEREIRA e JIMÉNEZ, 2007). Tais medidas tiveram pouco resultado efetivo na redução da pobreza.

A partir do final dos anos 60, a Bolívia vivenciou um longo período de ditaduras militares com contínua troca de comando do alto governo, o que gerou um movimento de contestação por parte da sociedade civil (PRADO, 2003). Em plena “guerra fria”, os EUA investiram fortemente na Bolívia, com o intuito de minar a possibilidade de instauração de um Estado socialista no país, além de incentivar os organismos internacionais e várias instituições do terceiro setor a atuarem na Bolívia. Este período marcou a entrada das ONGs no país, que logo passaram a prover serviços básicos de saúde e educação.

Na primeira metade dos anos 70, o crescimento econômico foi estimulado pela abundância de financiamento externo, ligada aos elevados superávits dos países exportadores de petróleo devido ao primeiro choque do petróleo em 1973. Afeitos à alta liquidez internacional, os países em

desenvolvimento acabaram por ampliar seu endividamento externo para financiar o crescimento interno, fazendo ajuste gradual dos preços relativos enquanto houvesse ampla liquidez externa. Diante dessas condições, a dívida externa boliviana cresceu. Picos nos preços de commodities historicamente encorajam os governos de países em desenvolvimento ao endividamento, levando-os à vulnerabilidade quando há queda nos preços.

No período de 1970-1980, o PIB boliviano evoluiu a uma taxa média anual de 4,5% e o PIB por habitante 1,9%. Este resultado foi inferior ao crescimento observado na América Latina no período de 1970-1978, que foi de 5,7% anual e em 1979 e 1980 foi de 6,2% e 5,3%, respectivamente⁴³. Apesar do crescimento econômico observado na década, as condições sociais na Bolívia continuavam precárias em termos de distribuição de renda⁴⁴. Em 1975, os 20% mais ricos da população ficava com 60,8% da renda nacional e dentro desse grupo, 5% ficava com 32,2% da renda. Os 20% mais pobres ficavam com apenas 5,4% da renda nacional⁴⁵. De 1975 a 1980, a taxa de inflação acumulada no período foi de 120%, em virtude da forte aceleração observada a partir de 1979, resultado da desvalorização cambial do peso boliviano em 25% em novembro de 1979 e reajustes dos preços de combustíveis, produtos agropecuários e transportes. O processo inflacionário resultou em estagflação a partir de 1981.

No final da década de 70, o segundo choque do petróleo trouxe profundas alterações no cenário internacional, revertendo as condições de financiamento externo em virtude do aumento de taxas de juros internacionais. A partir de 1979, com o intuito de conter a tendência de desvalorização do dólar, o FED adotou uma política monetária restritiva, com forte elevação dos juros e restrições ao crédito, visando o ajustamento da economia e redução dos déficits externo e fiscal. Essas fizeram com que a liquidez internacional migrasse para aquele país. Nesse cenário de taxas de juros mais elevadas, os países que haviam contraído dívidas no período anterior de alta liquidez

⁴³ Fonte: Memorias del Banco Central da Bolívia – 1980, capítulo 2

⁴⁴ O governo boliviano encomendou um estudo sobre a estrutura de distribuição de renda a uma missão da Universidade de Harvard, dirigida pelo Prof^o Richard Musgrave.

⁴⁵ Fonte: Memorias del Banco Central da Bolívia – 1980, capítulo 2

tiveram dificuldade para rolar seus passivos, caracterizando o início da década de 80 como o período da crise da dívida externa.

As economias de países em desenvolvimento, de uma maneira geral, são muito suscetíveis aos ciclos econômicos e ao ritmo das economias desenvolvidas. Fatores econômicos globais, incluindo oscilações nos preços de commodities e alterações nos níveis das taxas de juros nos países centrais, atuam com papel principal na precipitação de crises de dívida externa. Há impressionante correlação entre *default* da dívida externa e inflação, estes dois eventos têm andado lado a lado (REINHARDT, 2008).

A economia boliviana não ficou indiferente a estes ciclos, muito bem caracterizado nos eventos ocorridos na década de 80, quando a crise da dívida externa no início dos anos 80 veio acompanhada da hiperinflação em 1985.

No ano de 1980, o balanço de pagamentos da Bolívia foi marcado por um recorde no valor das exportações, com a melhora dos preços dos produtos exportados, embora o volume exportado viesse sendo reduzido desde 1977. O fluxo de dólares gerado era insuficiente para cobrir as necessidades de financiamento externo da economia, constituídas pelo custo do serviço da dívida, contraída na década de 70, pela fuga de capitais de curto prazo e pelas importações. O saldo do balanço de pagamentos foi deficitário em 10,6% do PIB e, além de perda de reservas, novos desembolsos de empréstimos foram feitos com os organismos internacionais para cobrir tal desequilíbrio. A transferência líquida do sistema financeiro internacional para a Bolívia naquele ano representou 3,2% do PIB, com volume total de empréstimos externos recebidos de 9,3% do PIB e pagamento do serviço da dívida de 5,2% do PIB. (DAMILL, FANCILLI e FRENKEL, 1992).

Em 1981, as condições de contratação de novas linhas de crédito no exterior se deterioraram e o país obteve um volume de transferência líquida do sistema financeiro internacional de apenas 0,5% PIB, com manutenção da tendência de queda dos volumes exportados observada desde 1977⁴⁶. O

⁴⁶ A queda nas quantidades exportadas ocorreu principalmente nos concentrados de estanho e petróleo bruto, que eram os principais produtos da pauta de exportações bolivianas. Esta queda foi compensada

balanço de pagamentos apresentou déficits de US\$ - 495 milhões em 1980, US\$ - 597,1 milhões em 1981 e US\$ - 271,5 milhões em 1982.

Com a escassez das linhas crédito internacionais observada após a insolvência da Polônia e Argentina e moratória mexicana, as transferências líquidas do exterior foram negativas até 1985.

Com o retorno do Estado democrático à Bolívia em 1982, o governo de Hernán Siles Zuazo (1982-85) teve de enfrentar os efeitos negativos da crise da dívida externa.

A depressão da economia boliviana assumiu dimensões de crise em 1982, com forte queda do PIB, atribuída a contração das atividades mineradoras, hidrocarburos, indústria manufatureira, construção e agricultura.

No ano de 1982, observou-se acirramento da queda do volume de exportações e também queda no índice de preços das exportações, mesmo com a melhora do preço do gás.

Em fevereiro, outubro e novembro do mesmo ano, o governo implementou tentativas de estabilizar o cambio para fazer frente à crise de liquidez externa, através de maxidesvalorização e criação de um câmbio fixo para alguns setores e outro flexível para a maioria das transações, criando divergências gritantes entre as cotações do dólar fixo e o livre, que se valorizou. Os exportadores passaram a liquidar suas transações no mercado paralelo e produziu-se aumento da inflação. Estas tentativas de estabilização cambial fracassaram devido ao comportamento da inflação e do dólar paralelo.

De acordo com dados do Banco Central boliviano, o saldo global da Balança de Pagamentos foi negativo, em função da redução líquida do saldo da conta movimento de capitais que registrou queda de 55% na captação de recursos do exterior e do déficit em contas correntes devido ao incremento de pagamentos de juros e remessas de lucros.

pela elevação do índice de preços das exportações ocorrido na segunda metade da década de 70, em especial aumento nos preços do concentrado de estanho, minério e gás.

Internamente, a acentuada contração da demanda agregada e a perda de capacidade produtiva levaram ao aumento da capacidade instalada ociosa, crescente taxa de desemprego e elevado nível de inflação (a inflação média foi de 123,5% e a índice de preços ao consumidor foi de 296,5%)⁴⁷. Nestas condições, a economia foi incapaz de gerar margens reais de investimento e poupança, que associado à dificuldade de obtenção de novos empréstimos externos, levou o governo a recorrer à emissão monetária para financiamento do déficit público, reforçando o processo inflacionário. A arrecadação do governo apresentou queda em virtude da fraca atividade econômica e para conter o déficit fiscal o governo impôs restrições aos gastos públicos, em especial os ligados à infraestrutura e programas sociais.

Segundo o Banco Central da Bolívia, o sistema bancário teve seu resultado fortemente afetado pela crise. Depois do setor de construção, o setor financeiro foi o que mais reduziu sua participação no PIB. Os bancos estrangeiros foram os que apresentaram as maiores perdas, em especial Banco do Brasil e Bank of America.

Os bancos nacionais apresentaram resultado conjunto positivo, maior que o obtido em 81, embora o número de bancos com prejuízo tenha sido maior em 82. Em termos reais o sistema bancário não captou o suficiente do público, que demandou dólares diante das incertezas, considerando que a taxa de inflação era muito maior que as taxas pagas pelos bancos como remuneração dos depósitos. O cenário de aceleração inflacionária, a baixa atividade econômica e as alterações cambiais promovidas durante o ano, trouxeram aos bancos dificuldades com atrasos e inadimplência nos empréstimos concedidos, pois boa parte da carteira era atrelada à moeda estrangeira.

Em 1983, enquanto os países desenvolvidos apresentaram recuperação econômica, com uma taxa de crescimento de PIB de 2,3%⁴⁸ para o conjunto dos países, na Bolívia foi observado um contínuo processo de estagflação, com queda de consumo final de 7,5%. A persistência de altas

⁴⁷ Fonte: Memorias Anuales del Banco Central da Bolivia – 1982 – Capítulo 2

⁴⁸ Fonte: Memorias Anuales del Banco Central da Bolivia – 1983 – Capítulo 1

taxas de juros internacionais, a desaceleração do crescimento do volume e preços de exportações e restrições ao comércio internacional (medidas protecionistas) impostas pelos países desenvolvidos foram os motivos pelos quais a economia boliviana apresentou contínuo quadro de dificuldades. A América Latina, de forma geral, enfrentou deterioração dos termos de troca⁴⁹. O comportamento da inflação esteve ligado ao processo de contração da produção interna, à indexação financeira, ao estabelecimento de salário mínimo em escala móvel, déficit público, queda de 8% da oferta global (conseqüência da queda do PIB e das importações), expectativas inflacionárias que aumentaram a velocidade de circulação do dinheiro e a drástica queda de produção agropecuária, como conseqüência das inundações observadas no país em 1983⁵⁰. Apesar das modificações cambiais impostas pelo governo, as exportações caíram 5,4% em relação ao ano de 1982. Com a diferença de cotação entre o cambio oficial e o paralelo, houve aumento das exportações ilegais⁵¹.

Em 1984 houve uma fraca recuperação econômica na América Latina com melhora considerável do comércio exterior. Na Bolívia, ocorreu forte aceleração inflacionária e a persistência do problema da dívida externa. Também se observou acelerada queda nos níveis de produção dos setores orientados à exportação por esgotamento das jazidas de minerais e de hidrocarburos, o que levou à queda das exportações de 6,3%, saindo de US\$ 755,1 milhões em 1983 para US\$ 707,4 milhões em 1984⁵². Com aumento da especulação diante das incertezas, grande parte da poupança interna foi destinada à compra de divisas ou outros ativos protegidos da inflação. Houve escassez de dólares necessários para efetuar a importação dos insumos necessários à reativação econômica e troca de bens de capital, o que caracterizou um estrangulamento externo, traduzido internamente em pressão inflacionária. O consumo final caiu 3,7%, muito em virtude da queda dos

⁴⁹ As variações anuais nos termos de troca nos anos de 82 e 83 nos países desenvolvidos foram de 1.8% e 2.1%, respectivamente. Para os países em desenvolvimento, foram de -2.3% e -2.9%, respectivamente, segundo dados contidos nas Memórias Anuales del Banco Central da Bolivia – 1983 – Capítulo 1.

⁵⁰ Fonte: Memórias Anuales del Banco Central da Bolivia – 1983 – Capítulo 1

⁵¹ Fonte: Memórias Anuales del Banco Central da Bolivia – 1983 – Capítulo 2

⁵² Idem

salários reais e do aumento do desemprego⁵³. O gasto público cresceu devido aos gastos para manutenção da máquina pública, gerando déficit fiscal de 12,4% do PIB, financiado através de emissão monetária. As modificações do tipo de câmbio continuaram impulsionando as exportações ilegais, haja vista a diferença entre o câmbio oficial e o paralelo⁵⁴. O setor financeiro foi prejudicado pelo baixo nível da atividade econômica, pois os setores produtivos demandaram menos crédito. As captações de depósitos junto ao público foram dificultadas pela aceleração inflacionária, que produziu taxas de juros reais negativas⁵⁵. Com a intenção de contrair a oferta monetária para combater a inflação, o governo aumentou o custo de captação através do aumento dos percentuais de reserva legal. A taxa de inflação bateu recordes mundiais, atingindo 1.281,5%, como resultado do crescimento do alto déficit fiscal, a forte influência da cotação do dólar paralelo nos preços e o desvio de recursos para especulação, que gerou queda na formação bruta de capital fixo⁵⁶.

De forma geral, neste período de 1982-85, os desequilíbrios externo, cambial e fiscal da economia boliviana ampliaram-se sobremaneira, apesar das tentativas de estabilização do governo, corroborando a dependência do país de recursos externos. Nestes anos, ocorreu uma crescente dolarização dos preços domésticos, resultado das tentativas fracassadas de estabilização cambial que se seguiram até 1985. Segundo DAMILL, FANELLI e FRENKEL (1992), o período de 1983-1985 foi paradoxal, pois correspondeu ao período em que a economia boliviana pagou os custos da aceleração inflacionária e da hiperinflação conseqüentes da desvalorização no mercado livre, enquanto as

⁵³ Ibidem

⁵⁴ O câmbio oficial real- considerando 1980 como ano base - apresentou as variações de 75,7% em 1981, 92,6% em 1982, de 90,7% em 1983, de 74,4% em 1984 e 99,9% em 1985. Já o câmbio paralelo real – também considerando 1980 como ano base - variou em 96,2% em 1981, 196,4 em 1982, 149,2% em 1983, 214,1% em 1984 e 155,0% em 1985 (DAMILL, FANELLI e FRENKEL, 1992 e Banco Central da Bolívia – Memórias Anuales 1984).

⁵⁵ As taxas de juros passivas nominais pagas a poupanças foram de 30% em 1982, 40% em 1983 e 110% em 1984 e as taxas nominais passivas para depósito a prazo fixo no mesmo período foram de 32% em 1982, 45% em 1983 e 140% em 1984. Já as taxas passivas reais pagas a poupanças foram de -67,2% em 1982, -66,6% em 1983 e -90,8% em 1984. Já as taxas reais passivas para depósito a prazo fixo no mesmo período foram de -66,7% em 1982, -66,2% em 1983 e -89,5% em 1984 (Banco Central da Bolívia – Memórias Anuales 1984).

⁵⁶ A formação de capital fixo em 1983 foi de BS 15.210 milhões de bolivianos, correspondente a 12,2% do PIB e em 1984 passou BS 13.415 milhões de bolivianos, com participação no PIB de 11,3%. Ou seja, houve uma queda de -11,8% de 83 para 84 (Banco Central da Bolívia – Memórias Anuales 1984).

falhas tentativas de estabilização atrasaram o câmbio fixo, despejando no setor público o efeito positivo da desvalorização real sobre suas finanças. A explosividade do processo esteve associada à restrição de financiamento externo.

O ano de 1985 foi caracterizado por uma demanda reduzida nos países desenvolvidos e preços de commodities de petróleo e derivados relativamente estáveis. Nos países em desenvolvimento, observou-se permanente endividamento, pressões inflacionárias, elevados déficits e preços distorcidos, retrocesso no comércio exterior em virtude da falta de financiamento internacional.

Para adequar seu balanço de pagamentos e fazer frente ao serviço da dívida, o governo boliviano teve de assumir políticas de geração de superávits externos e contenção da demanda agregada, com redução de gastos públicos e aumento da taxa de juros interna. Tais medidas trouxeram forte recessão, desemprego, crescimento negativo de 1981-1987, déficit público de mais de 21% do PIB em 1984 e hiperinflação em 1985. O governo efetuou atrasos nos pagamentos da dívida externa, que se instituíram como fonte de financiamento do novo programa.

Em 1985, com a eleição do presidente Victor Paz Estensoro (1985-89), o diagnóstico feito pelo governo para a crise que a economia boliviana atravessava apontava o desajuste institucional que gerava burocracia, as distorções no sistema de preços provocadas pelas tentativas de ajuste promovidas nos anos anteriores, a debilidade do aparato produtivo em virtude dos fatores hiperinflacionários que culminaram com o desabastecimento de produtos, desemprego, subemprego e aparecimento de um crescente setor informal da economia e o excesso de regulamentações no sistema financeiro e trabalhista como os principais problemas da economia.

Com base nesse diagnóstico, várias políticas de ajuste econômico foram adotadas em agosto de 1985, quando o governo promulgou o Decreto Supremo 21060 e lançou o programa de estabilização e liberalização

econômica chamado de Nova Política Econômica (NPE), que ficou conhecido como “choque liberalizante”.

O objetivo era promover forte reestruturação da economia, visando sua modernização, estabelecimento e manutenção de um ambiente econômico estável por meio da atração de investimentos estrangeiros, liberalização dos mercados de bens e fatores de produção (especialmente os financeiros) e pela ênfase em um setor privado capaz de explorar as vantagens comparativas do país (CUNHA, 2004). Houve também a adoção de regime de câmbio flexível, que na prática operou de forma administrada, redução dos gastos públicos e do tamanho do Estado com venda de várias empresas estatais, e a criação de um imposto sobre os combustíveis (que serviu de lastro para a estabilização monetária). Os bancos e instituições financeiras foram autorizados a captar recursos e a conceder créditos em moeda nacional ou estrangeira (dólar americano), com garantia de devolução na moeda contratada. Com todas estas medidas, conseguiu-se conter a hiperinflação no país e manter inflação baixa a partir de então.

Segundo PEREIRA e JIMÉNEZ (2007), os programas de ajuste liberalizante e as reformas estruturais causaram na Bolívia incremento de ocupações de caráter informal, com forte viés a eventualidade e precarização das condições de trabalho. Os primeiros anos de ajuste foram dedicados exclusivamente a restabelecer os desequilíbrios macroeconômicos.

Após a estabilização econômica conseguida nos anos 80, no início da década de 90 as preocupações com a área social foram retomadas. Vários estudos sobre qualidade de vida, pobreza e desemprego foram realizados, dentro os quais a Estratégia Social Boliviana (ESB), que objetivava reduzir a pobreza e melhorar o acesso aos serviços básicos de saúde, educação e saneamento básico.

Devido à falta de apoio popular do governo seguinte, somente no governo de Sánchez de Lozada (1993-97) concluiu-se a privatização⁵⁷ das maiores empresas estatais. Este processo caracterizou a nova fase da

⁵⁷ O processo foi chamado de capitalização, pois houve a venda de no mínimo 50% do capital e do controle administrativo das companhias (CUNHA,2004).

economia boliviana, marcada pela exploração do gás natural e dos investimentos estrangeiros no país.

Dentro desta nova política econômica de liberalização, entre 1980 e 1985, o PIB real caiu 1,2% ao ano em média, a inflação atingiu o patamar médio anual de 2.700%, e o déficit público foi de 17,3% do PIB ao ano. Entre 1985 e 1990, o crescimento médio elevou-se a 2,3% ao ano, a inflação média caiu para 68% anuais, e os déficits públicos ficaram em 5,3% do PIB. Já entre 1990 e 2000, o PIB elevou-se 3,8% ao ano, a inflação ficou em 9% ao ano, e os déficits fiscais em 3,6% do PIB cobertos sem emissão monetária como ocorreu no início da década de 80, mas via recursos oficiais externos (CUNHA, 2004). Em termos sociais, porém, não ocorreu melhora das condições de vida da população e a instabilidade política acirrou-se na Bolívia.

Vale destacar que a melhora das condições econômicas e controle da hiperinflação na Bolívia ainda em meados da década de 80, permitiu o desenvolvimento do mercado de microfinanças no país e o crescimento econômico, coincidiu também o período de maior crescimento das microfinanças.

As crises internacionais da Ásia e Rússia lançaram volatilidade aos países em desenvolvimento. Ocorreram crises cambiais no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001. Esse cenário mais instável reduziu o fluxo de capital estrangeiro para investimento em toda a América Latina, afetando negativamente a economia boliviana. A taxa anual de crescimento entre 1999 e 2002 foi de apenas 1,5%, houve aumento do desemprego formal e contração da renda. Entre 1999 e início de 2003, os depósitos bancários caíram, em termos reais, mais de 20%, e os empréstimos, quase 40%. A dívida do setor público cresceu como resultado da necessidade de financiamento dos déficits em contas correntes, levando a relação dívida/PIB de 59% em 1999 para 62% em 2002%. O mercado financeiro enfrentou uma crise de confiança da população no sistema bancário e na moeda local, por isso mais de 80% dos depósitos eram feitos em dólares americanos. Diante da dolarização do sistema bancário, o Banco Central adotou a política de câmbio real estável,

depreciando a moeda local pela diferença entre da inflação boliviana e americana. (CUNHA, 2004).

No período de 2005-2007, o crescimento econômico avançou da média de 4,6% ao ano para 5,8% em 2008, com redução da taxa de desemprego formal, mas o crescimento deve cair para 3% em 2009 em virtude da recente crise internacional do *subprime* e queda nos preços de *commodities*.

Atualmente, as atividades do setor informal representam de 20% a 25% do PIB, empregando cerca de 2,5 milhões de pessoas. Na zona urbana, 57,35% da população ocupada trabalhava no setor informal em 2007.

Segundo estimativas preliminares do Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia para o ano de 2007, o país tem população próxima de 10,03 milhões de pessoas, dentre as quais cerca de 5,9 milhões de pessoas, ou 60,10% (50,90% na zona urbana e 77,29% na zona rural) da população total, é composta por pobres na linha da pobreza⁵⁸ e 3,7 milhões de pessoas, ou 37,70% (23,67% na zona urbana e 63,50% na zona rural) da população total, estão em situação de extrema pobreza (quando a renda do indivíduo não é suficiente para compra da quantidade adequada de alimentos necessária para realizar suas atividades de maneira normal). A taxa de analfabetismo foi de 9,26% da população total. O IDH da Bolívia, medido em 2001, foi de 0,612, porém os municípios da área rural apresentam índices similares aos encontrados na África subsaariana, como Arque com 0,301 e Colquechaca com 0,321. Já o Índice de Gini⁵⁹ corrobora a situação de desigualdade presente no país: em 1999, o índice era 0,579 para a Bolívia, sendo na área urbana era de 0,487 e na área rural 0,647. Em 2006, o país apresentou Índice de Gini consolidado de 0,592, na área urbana 0,531 e na área rural 0,640.

⁵⁸ Pessoas cuja renda *per capita* é inferior ao valor de uma cesta de alimentos e outros produtos de necessidade básica. A partir da definição da linha de pobreza e linha de pobreza extrema, definem-se 3 estratos: Não Pobres (que estão acima da linha de pobreza), Pobres Moderados (aqueles que estão acima da linha de pobreza extrema e abaixo da linha de pobreza) e Pobres Extremos ou Indigentes (são aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza). Para mais informações veja www.bolivia.gov.bo.

⁵⁹ Dados do INE (Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia). Disponível em <http://www.ine.gov.bo>

Diante deste contexto de população extremamente pobre e excluída do sistema financeiro formal de crédito pelo critério de simetria de informações e pela ausência de garantias reais, a atividade de microfinanças, encontrou na Bolívia o campo ideal para sua ampla aplicabilidade, sendo considerada como instrumento de desenvolvimento social e econômico no país e tornando a experiência boliviana relevante mundialmente.

2.2 – Microfinanças na Bolívia

O forte crescimento das microfinanças na Bolívia pode ser atribuído a um conjunto de fatores e de especificidades próprias de um país de muita pobreza, grande extensão geográfica e reduzida densidade populacional, submetido à forte instabilidade econômica e crises financeiras graves.

As microfinanças na Bolívia nasceram durante o período de ajuste econômico de 1984-85 após eleição do presidente Victor Paz Estensoro, que iniciou a liberalização dos preços e controle da hiperinflação. As entidades que operavam com microcrédito passaram a receber apoio técnico de organismos e fundos internacionais.

Nesse período, com os bancos estatais e privados profundamente afetados pelos efeitos das crises de restrição ao financiamento externo e cambial, o governo boliviano fechou os bancos públicos, muito debilitados, como parte das reformas voltadas para a redução do tamanho e do custo da máquina estatal.

O Estado deixou de ser agente atuante para tornar-se agente facilitador, através da promulgação de novas leis, estruturação de um marco regulatório e estabelecimento de critérios para uma supervisão adequada. Isso permitiu o surgimento de instituições formais, reguladas e supervisionadas pela Superintendência de Bancos através da Intendência de Entidades Não-Bancárias, exclusivamente criada para acompanhamento das IMF (PRADO, 2000).

De 1970 a 1980 o crescimento médio anual do PIB foi de 4,3%, de 1980 a 1990 de -0,2%, de 1990 a 1995 de 3,5%, de 1995 a 2000 de 2,9% e de 2000 a 2005 de 3,0%⁶⁰.

O desenvolvimento do marco regulatório de fortalecimento do Sistema Financeiro na Bolívia ocorreu entre 1980 e 1995. Na década de 90, a Superintendência de Bancos incluiu o microcrédito no marco regulatório e enquadraram-no como uma operação de crédito voltada aos não assalariados.

Segundo ROSALES (2007), nesta época foi estabelecido que este produto poderia ser oferecido por entidades especializadas, assim como também por bancos e outras instituições financeiras, porém não se estabeleceu o limite para as taxas de juros praticadas. O autor ressalta, porém, que a legislação de microcrédito na Bolívia que rege as instituições especializadas não faz nenhuma referência a “microempresários” e nem a “microempresas”, precisamente para evitar que o crédito se distribua mediante a predeterminação de seus destinatários. Em outros países, as legislações normalmente vinculam o microcrédito aos destinatários.

Segundo NAVAJAS E SCHREINER (1998), a experiência boliviana mostra que a performance de um arcabouço institucional precisa apresentar vantagens comparativas para diminuir as limitações enfrentadas pelas IMF, limitações estas que dependem da natureza da demanda de seus clientes, de sua tecnologia financeira e estrutura organizacional necessária para produzir serviços financeiros a longo prazo, muitas vezes sem suporte público continuado. Vale destacar que as regras que regem as instituições reguladas são as mesmas vigentes a bancos comerciais.

A Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras (SBIF, Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras), que desde fevereiro de 2009 passou a chamar-se Autoridad de Supervision del Sistema Financiero (ASFI), é o órgão do governo responsável pela supervisão prudencial do mercado financeiro e divide a autoridade regulatória com o Banco Central da Bolívia (BCB). Também assumiu funções de controle das atividades de seguros

⁶⁰ Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics 2008. Disponível em <http://stats.unctad.org/Handbook>

no país, excluindo outras superintendências. As organizações financeiras na Bolívia dividem-se em dois grupos: supervisionadas e não supervisionadas.

De acordo com NAVAJAS E SCHREINER (1998), dentre as organizações financeiras supervisionadas estão os bancos comerciais, os fundos financeiros privados (FFPs, Fondos Financieros Privados), associações de poupança e crédito (mutuales para la vivienda) e algumas uniões de crédito e cooperativas abertas (cooperativas abiertas). Os FFPs são intermediários financeiros não-bancários que podem captar depósitos, mas não podem oferecer todos os serviços de um banco comercial. As cooperativas abertas podem negociar com membros não associados, enquanto cooperativas normais não podem. Para mobilizar depósitos de não associados, cooperativas abertas precisam cumprir com determinadas exigências de capital mínimo e normas contábeis.

Os autores destacam que desde 1986, o tamanho do setor financeiro supervisionado têm crescido a uma taxa anual de 20%, haja vista que o portfólio agregado de empréstimos dos bancos comerciais saiu de US\$ 500 milhões em 1986, para US\$ 1,2 bilhões em 1990, US\$ 3,7 bilhões em 1997 e US\$ 4 bilhões em 2008⁶¹, com aumento rápido também do número de entidades. O patrimônio do sistema bancário em junho de 2008 atingiu US\$ 592.8 milhões e representavam 74,7% do patrimônio total do sistema de intermediação financeira. Em 1990, a então Superintendência de Bancos supervisionou 20 bancos, em 1997 supervisionou 54 organizações financeiras: 17 bancos, 18 cooperativas, 13 associações de poupança e crédito, 4 FFPs e 8 organizações oferecendo serviços financeiros especializados. Até julho de 2009, a ASFI mantinha sob sua supervisão 58 entidades: 12 bancos, 6 FFPs, 8 associações de poupança e crédito, 24 cooperativas de poupança e crédito abertas, 7 empresas de serviços auxiliares financeiros e 1 entidade de segundo piso.

NAVAJAS E SCHREINER (1998) afirmam que o sucesso das instituições de microfinanças tem caminhado lado a lado com desenvolvimento de todo o setor financeiro. Eles fazem ainda duas reflexões sobre este

⁶¹ Fonte: ASFI - Autoridad de Supervision del Sistema Financiero - <http://www.asfi.gov.bo>

movimento observado no mercado boliviano: primeiro que as IMFs se desenvolveram num ambiente amigável à atividade e segundo que o setor bancário na Bolívia tem expandido suas atividades sem demonstrar intenção de expandir operações em microfinanças. Isso acontece devido à possível existência no mercado de uma reserva de clientes mais ricos ainda inexplorada pelos bancos, fazendo com a linha de custos de prover serviços financeiros para pobres seja desinteressante aos bancos comerciais privados. Os autores ressaltam, porém, que assim que a fronteira de clientes mais tradicionais estiver exaurida e com as novas tecnologias de empréstimos sendo desenvolvidas e se tornem disponíveis, os bancos comerciais podem fazer incursões nos nichos de microfinanças, no movimento chamado de *downscaling*.

As entidades não supervisionadas incluem mais de 200 cooperativas e cerca de 33 ONGs financeiras, que efetuam transações geralmente pequenas, cujo empréstimo médio fica em torno de US\$ 400, muito abaixo do praticado nas grandes organizações supervisionadas. (Veja estratificação dos empréstimos nas grandes organizações nas Tabelas IX e X). De forma geral, as entidades não supervisionadas preenchem o espaço deixado pelas grandes organizações no atendimento aos efetivamente mais pobres.

Para NAVAJAS E SCHREINER (1998), as organizações não supervisionadas carecem de maior atenção das entidades de intermediação de segundo piso, em termos de assistência técnica para inculcar os princípios de que uma adequada tecnologia financeira pode resolver problemas fundamentais da atividade de microfinanças, ajudando estas organizações a se desenvolver e assim desenvolver ainda mais o mercado de microfinanças na Bolívia. Este tipo de assistência poderia ajudar as instituições não supervisionadas a melhorar a captação de fundos, além de desenvolver a capacidade organizacional e sustentabilidade dessas entidades.

Em termos de estrutura, na Bolívia as IMFs podem ser juridicamente constituídas como ONGs, bancos comerciais, FFPs e uniões de crédito e cooperativas, que diferem uma das outras em sua estrutura de direitos e na estrutura regulatória que se aplica a cada uma delas.

Uma ONG como IMF normalmente não atua sob a legislação bancária. Porém, a Nova Lei de Bancos e Entidades Financeiras de 1993 e a Lei do Banco Central de 1995 declararam que todas as organizações financeiras, incluindo as ONGs financeiras, precisam ser supervisionadas pela autoridade bancária, e todas as ONGs que obtêm fundos governamentais estão sujeitas também a auditoria da Contraloría General de la República.

Já para as IMF que atuam como bancos comerciais, BancoSol e Banco Los Andes, as regras são as mesmas dos bancos comerciais convencionais. As regras refletem uma estrutura regulatória que reduz custos de análise de risco e carteira com a apresentação proporcional de garantias reais em caução das operações. NAVAJAS E SCHREINER (1998) ressaltam que essas regras limitam o trabalho de microfinanças destas instituições de algumas maneiras: bancos não podem emprestar sem garantia de ativos reais, cuja soma ultrapasse o valor líquido do banco, o que impede alavancagem; bancos precisam fazer provisões correspondentes a 100% dos empréstimos acima de US\$ 20,000 concedidos sem garantia real; para cada empréstimo, os bancos precisam prover documentação detalhada de cada tomador, o que em princípio, demonstra a capacidade financeira dos tomadores para a autoridade bancária, porém o gerenciamento destes dados, em especial no caso de grupos solidários, pode ser de difícil obtenção.

Em 1993, o governo criou o Fundo de Apoio ao Sistema Financeiro (FASF), sob administração da NAFIBO com a finalidade de fortalecimento patrimonial das entidades financeiras.

Muitas entidades criticavam a atuação da NAFIBO⁶², pois antes ela intermediava fundos para organizações que não eram reguladas. Hoje, um dos requisitos para operar com a NAFIBO é que a entidade tem de estar sujeitas a

⁶² A NAFIBO SAM (Nacional Financiera Boliviana Sociedad Anónima Mixta) era uma entidade de intermediação financeira de segundo piso, regulada pela Superintendência de Bancos e Entidades Financeiras e constituída como pessoa jurídica de direito privado. Tem o objetivo de intermediar fundos às entidades com licença de funcionamento da SBEF e atua também como Banco fiduciário e banco de investimentos. Foi criada com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país, oferecer fundos de médio e longo prazo orientados a apoiar o investimento produtivo, canalizar fundos para o microcrédito e contribuir para a execução de programas governamentais. Em 2007, foi convertida em banco de desenvolvimento, passando a Banco de Desarrollo Productivo S.A.M. ainda sob regulação da ASFI. Fontes: <http://www.nafibo.com.bo> e <http://www.asfi.gov.bo>

supervisão da Superintendência de Bancos e devem ter licença de funcionamento. NAVAJAS E SCHREINER (1998) acreditavam que o acesso restrito às entidades supervisionadas aos fundos da NAFIBO constituía-se numa uma potente ferramenta de incentivo e premiação àquelas IMFs que buscam trabalhar para se auto-fortalecer a ponto de se tornar uma entidade regulada junto a Superintendência de Bancos.

As IMFs bolivianas têm buscado migrar para entidades supervisionadas para terem acesso a mais e melhores fontes de financiamento além da captação do público, no mercado, dos fundos do governo e doações canalizados na NAFIBO.

A experiência boliviana demonstra que outras iniciativas e organizações de fomento ajudaram ao longo do tempo no desenvolvimento do setor de microfinanças no país. As organizações internacionais como USAID que atuam como doadores de fundos para microfinanças e suporte técnico às IMFs; as uniões de crédito que servem de funil para a captação de fundos de doadores; as entidades governamentais que são prolongamentos do Banco Central ou de bancos de desenvolvimento, cujos fundos vem de doadores e do fisco, como o FND (Financiera de Desarrollo Santa Cruz), o FDR (Fondo Nacional de Desarrollo Regional); programas de microcrédito, tais como PMP (Programa de Microcrédito Popular), o PAM (Programa de apoio a las Microfinanzas); FDC (Fondo de Desarrollo Campesino) e NAFIBO (Nacional Financiera Boliviana S.A.M.) que negociam com as entidades supervisionadas pela entidade bancária. Há ainda a Funda-Pro, que canaliza fundos privados e públicos às IMFs supervisionadas ou não.⁶³ Estas entidades não serão abordadas neste trabalho.

Esse movimento e arcabouço institucional incentivaram a gestão das carteiras de crédito com maior eficiência e foram primordiais para o desenvolvimento do mercado de microfinanças na Bolívia.

Aliados aos problemas econômicos, outros fatores internos específicos também contribuíram para um ambiente propício ao

⁶³ Para mais informações veja NAVAJAS e SCHREINER (1998).

desenvolvimento de uma demanda por microfinanças na Bolívia, tais como o crescimento e definição de um setor informal boliviano.

O setor informal cresceu fortemente a partir de 1985 por dois motivos: crise no setor de mineração, que era responsável pelo emprego de boa parte da população carente, e fluxos migratórios de população do campo para as cidades.

Internamente observava-se grande desemprego na atividade mineradora⁶⁴, inclusive nas minas públicas (COMIBOL), como resultado das políticas de ajuste econômico e redução do tamanho do Estado, o que incluiu venda de várias empresas nacionais e reverteu boa parte da nacionalização da exploração de recursos naturais ocorrida nas décadas de 50 e 60.

Ocorreu também neste período a migração de pessoas do campo para as cidades, pois diante da falta de linhas de financiamento ao pequeno produtor agrícola, acabaram por migrar para a periferia das cidades na esperança de obtenção de empregos na indústria. Ao mesmo tempo, as áreas rurais experimentaram um aumento populacional em virtude da melhora nas condições de saúde que resultaram na piora da distribuição de terra, antes aliviada com a redistribuição ocorrida em 1952. Com essa pressão extra, a migração de pessoas para as cidades foi inevitável. Vale destacar que essa população que migrou para as cidades era composta por pessoas de baixo nível educacional e pouca qualificação profissional, o que dificultou ainda mais a obtenção de empregos na cidade, inclusive por que parte deles falava apenas línguas indígenas locais.

A massiva urbanização provocou enorme demanda por empregos nas cidades, o que gerou altas taxas de desemprego urbano e levou ao surgimento de segmentos de extrema pobreza nas cidades. Essa massa de desempregados, que apresentava baixo nível educacional e pouca qualificação profissional, foi empurrada para o setor informal.

⁶⁴Em 1985, as minas do setor público empregavam cerca de 24% da mão de obra em La Paz, Cochabamba e Santa Cruz; em 1989 este indicador diminuiu para 17%. A maioria dos trabalhadores despedidos ingressaram para o setor informal da economia.

Em suma, as crises do setor de mineração e o fluxo migratório do campo geraram grande número de desempregados nas cidades e culminaram no desenvolvimento e definição de um setor informal, com a ampliação da demanda por serviços de microfinanças.

Em tempos de crise, as atividades produtivas informais propiciaram aos desempregados do setor formal a possibilidade de geração de emprego e renda e consolidaram-se como uma oportunidade efetiva de melhora no nível de vida dessas famílias e acesso ao mercado formal de crédito.

A atuação do BancoSol no mercado microfinanceiro boliviano abriu caminho para a atuação de várias outras instituições de microfinanças na Bolívia, como a Caja Los Andes, que acabou se tornando seu maior concorrente. Muitas outras pequenas ONGs também surgiram no mercado e concederam crédito individual para o financiamento de bens de consumo como eletrodomésticos, sem ligação com atividades microempreendedoras, sem a exigência de garantias e sem a preocupação de educar tais tomadores para uso adequado dos recursos.

Com esta “super oferta” de recursos sem exigências e/ou acompanhamento adequado, criou-se uma “bolha” no mercado e muitos microempreendedores e clientes do BancoSol de uma maneira geral acabaram por se sobreendividar, mudando as características do mercado. Segundo dados da ASOFIN, no ano de 1999 o percentual de atraso sobre a carteira bruta de empréstimos no mercado foi de 6,35%, passou a 9,14% em 2000 e em 2001 atingiu o pico de 12,13%, reduzindo-se gradativamente até chegar em 1,07% em 2007. Quanto ao número de clientes de crédito, os dados consolidados do mercado registrados pela ASOFIN mostram que em 1996 havia 97.271 clientes de crédito, em 1997 eram 108.120 clientes, em 1998 foram 139.321, em 1999 foram 176.245 e finalmente em 2000 foram 202.943 clientes, o que demonstra crescimento exponencial do número de clientes tomadores de crédito no mercado, acompanhado do aumento da inadimplência.

Até meados de 1999, as grandes IMFs atuantes no mercado boliviano ofertavam quase que exclusivamente o microcrédito produtivo orientado, na modalidade de Grupos Solidários. Esta tecnologia de concessão toou perfeitamente às especificidades bolivianas na medida em que, ao permitir o acesso ao crédito, fornece acompanhamento educacional sobre a utilização dos recursos tomados e apoio técnico para gestão do pequeno empreendimento. Vale destacar a atuação do BancoSol, que até então operava em absoluta liderança e ofertava exclusivamente a modalidade de Crédito Solidário desde a sua criação.

O ano de 1999 marcou a mudança da atuação das maiores IMFs atuantes no país. A entrada de várias instituições de financiamento de consumo, em meados da década de 90, pressionou o mercado com uma abundante oferta de créditos concedidos sem a visão de microfinanças, ultrapassando o nível prudencial de ativo-risco e capacidade de repagamento dos tomadores. O aumento da competição no mercado de crédito resultou num relaxamento das políticas de seleção e controle nas concessões, redução da rentabilidade e aumento dos custos operacionais. O ápice deste situação ocorreu no ano de 1999, quando constatou-se um sobreendividamento dos microempreendedores e aumento da inadimplência no mercado. Após esse período, as instituições adaptaram os empréstimos comerciais e outros produtos usando a tecnologia microfinanceira e adequaram os produtos às necessidades e capacidade dos tomadores⁶⁵.

Visando manter o controle dos riscos de mercado e crédito, ainda em 1999, a Superintendência de Bancos criou uma Central de Risco para acompanhamento do endividamento dos clientes e melhor gerenciamento das carteiras.

Para ARRIOLA (2000), o sistema de microfinanças boliviano é caracterizado por:

1º) Instituições privadas regulamentadas e auto-sustentáveis: As instituições são criadas a partir da iniciativa individual, na maioria dos casos com cooperação externa. Buscam a auto-suficiência financeira em suas operações. Para isso um diferencial da taxa de juros

⁶⁵ Mais informações veja BERGER (2007)

decorrente de subsídios recebidos não é repassado ao cliente, mas utilizado no fortalecimento institucional.

2º) Um mercado competitivo e dinâmico: Com o ingresso contínuo de novas instituições é necessário tornar-se mais eficiente, através do desenvolvimento de novos produtos, aperfeiçoamento de novas tecnologias, agilidade no atendimento à clientela, dentre outros.

3º) Altos níveis de cobertura da demanda: As instituições de microfinanças na Bolívia atendem toda a área urbana, das grandes cidades às cidades secundárias. Contudo a área rural ainda carece de atendimento.

4º) Boas tecnologias financeiras em permanente aperfeiçoamento: Na Bolívia encontram-se todas as modalidades de crédito, seja individual, de grupo, solidário, bancos comunitários, cuja tecnologia financeira está em constante aperfeiçoamento.

5º) Altos níveis de investimento patrimonial e de acesso a fundos: As instituições possuem altas taxas de adequação patrimonial e acesso a diversas fontes, tanto comerciais, mercados de capitais, locais ou externos, o que lhes permite satisfazer a demanda.

6º) Um adequado marco regulatório.

A partir de 2000, as grandes instituições de microfinanças perceberam que os clientes demandavam produtos mais complexos, além do Crédito Solidário. Esta mudança foi vista como evolução natural do mercado, já que muitos clientes ampliaram seus negócios. Observou-se então no país a migração gradativa das concessões de créditos solidários para concessões de créditos individuais, com destaque para o BancoSol e o Banco de Los Andes, que operava crédito individual desde a sua criação. Ocorreu também ampliação da oferta de produtos, que passou a abranger microseguros, financiamento de bens e etc., proporcionou o aumento da proteção social dos tomadores de crédito e consolidou o mercado boliviano como efetivamente microfinanceiro.

3 – BANCOSOL

3.1 – Histórico do BancoSol

Segundo a página do BancoSol na Internet, sua história começou em 1984, quando um grupo de empresários bolivianos solicitou à Acción Internacional Técnica de Cambridge⁶⁶ um estudo para determinar quais eram as necessidades mais importantes do setor microempresarial boliviano, com vistas à criação de uma instituição sem fins lucrativos de apoio à microempresa.

*“este estudio concluyó, entre otras cosas, que la microempresa se enfrentaba a um “cuello de botella” para su desarrollo: la falta de acceso a recursos productivos y fundamentalmente a créditos a través del sistema financiero privado. La causa principal era a falta de garantías, teniendo que recurrir a prestamistas informales”.*⁶⁷

Com a conclusão do estudo e identificação dos pontos de estrangulamento da atividade microempreendedora boliviana, com o intuito de atender a essa demanda reprimida por crédito, em 17 de novembro de 1986 foi criada na cidade de La Paz a organização não governamental (ONG) intitulada Fundação para Promoção e Desenvolvimento da Microempresa (PRODEM), que funcionava como uma “joint-venture” entre a Acción Internacional, responsável por fornecer consultoria técnica e metodológica em microfinanças, e empresários bolivianos.

Tal organização funcionou inicialmente com recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Fundo Social de Emergência Boliviano⁶⁸, do setor privado boliviano e da Fundação Calmeadow e teve sua primeira filial estrategicamente instalada em 1987 em

⁶⁶ Acción Internacional foi criada em 1961 por um estudante de direito chamado Joseph Blatchford, que desejava reduzir a pobreza que descobriu nas cidades do continente americano, reunindo fundos privados para o desenvolvimento de projetos comunitários que promovessem melhoria na qualidade de vida dessas comunidades.

⁶⁷ Fonte: <http://www.bancosol.com.bo>

⁶⁸ O Fondo Financiero de Emergencia foi criado pelo governo boliviano em 1987 com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento que somavam USD\$ 45 milhões, com o intuito de promover investimentos na área social.

local bem próximo a uma zona comercial chamada Mercado Rodríguez, com grande concentração de microempresários.

Podemos dizer que a história do Banco divide-se em três fases distintas:

1. O início da ONG (1986 – 1992)
2. Nascimento do Banco: Fase de crescimento (1992-1999)
3. Após ano 2000: Mudança estratégica na tecnologia de concessão e consolidação como banco comercial

Analisaremos cada uma dessas fases, destacando a relevância do BancoSol para o desenvolvimento do mercado de microfinanças com vistas à redução da pobreza na Bolívia.

3.1.1 – O início da ONG – de 1986 a 1992

A razão principal para a criação da ONG Fundação para Promoção e Desenvolvimento da Microempresa (PRODEM) era promover a expansão do microcrédito e por isso a meta era fazer crescer sua carteira significativamente.

Os primeiros empréstimos foram concedidos com o intuito de financiar a produção em pequena escala e atividades comerciais do setor microempreendedor boliviano em zonas urbanas, utilizando a metodologia do Grupo Solidário.

O Grupo Solidário foi considerado uma inovação na maneira de conceder créditos aos pobres que, por não disporem de garantias formais, acabam excluídos do sistema financeiro convencional. Nessa metodologia, faz-se uso da “garantia social”: a posição da pessoa na comunidade é seu “capital social”. São formados grupos de 3 a 10 pessoas que garantem uns aos outros e os créditos são concedidos ao grupo, reduzindo substancialmente o risco de

inadimplência, já que o indivíduo se compromete com seu grupo a repagar o recurso tomado.

Neste período de 1986 a 1992, a demanda por microfinanças na Bolívia teve crescimento vigoroso em virtude do aumento no número de desempregados, reflexo das medidas adotadas pelo governo para combater a forte crise econômica na década de 80⁶⁹. Os programas de ajustes adotados pelo governo a partir de 1985, principalmente a liberalização de preços (taxas de juros, taxa de câmbio, etc.), controle da hiperinflação e privatização de muitas empresas públicas visando equilíbrio econômico foram de vital importância para fomentar o crescimento das microfinanças naquele país.

Segundo informações disponíveis no site da instituição, após cinco anos do início das atividades, a ONG já tinha atendido cerca de 45.000 microempresas⁷⁰, liberando créditos equivalentes a US\$ 28 milhões, a juros quase zero⁷¹.

O crescimento acelerado das IMFs, segundo GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* (1996), gera implicações positivas para a operação dessas instituições ao longo do tempo:

- 1) Crescimento é o principal mecanismo para melhorar e ampliar os serviços e produtos oferecidos, saindo do microcrédito para microfinanças;
- 2) Crescimento é um importante caminho para a sustentabilidade, pois a idéia de perenidade fomenta o desenvolvimento de serviços de qualidade, dá segurança aos fundos emprestadores para emprestar cada vez mais e também incentiva os tomadores na quitação de seus empréstimos;
- 3) Crescimento dos ativos pode ajudar a reduzir os custos médios da operação.

⁶⁹ Em 1985 a taxa de desemprego na Bolívia era de 5,8% e passou a 7% já em 1986, 7,2% em 1987, com picos em 1988 e 1989, quando atingiu 11,6% e 9,9%, respectivamente. Em 1990 a taxa de desemprego foi de 7,3% e se reduziu nos anos seguintes, para 5,8% em 1991 e 5,4% em 1992 (Dados da CEPAL).

⁷⁰ Em 1997, o BancoSol tinha 76.216 clientes ativos (Fonte MIX Market: <http://www.mixmarket.org>)

⁷¹ Fonte: <http://www.bancosol.com.bo>

No entanto, havia limitações importantes, decorrentes da constituição jurídica de ONG, principalmente no tocante a obtenção de recursos. Algumas limitações chave apontadas pelo próprio BancoSol⁷²:

“1) No era capaz de expandirse tan rápidamente como la demanda de créditos lo pedía.

2) El hecho de no ser fiscalizado por ninguna institución lo excluía de la posibilidad de atraer fondos significativos de los mercados financieros comerciales.

3) Se encontraba legalmente restringida para ofrecer otros servicios financieros (además de crédito) a sus clientes.

4) Usar fondos donados no exigía la eficiencia que podría resultar en una tasa de interes más cómoda para los prestatarios (la población meta).”

Como a demanda por crédito cresceu numa velocidade muito maior que os recursos disponíveis para concessão, que eram conseguidos através de doações dos organismos internacionais e capitais privados, a ONG percebeu que necessitaria profissionalizar-se para conseguir efetuar captações no mercado financeiro e assim continuar a oferecer créditos a seus clientes.

A transformação da ONG em banco comercial era justificada e vista como a opção mais promissora e sustentável, pois extinguiria a dependência de doações, criando condições para responder à demanda em grande escala do país por produtos de microfinanças, superando assim as limitações legais de uma ONG.

O próprio banco aponta outras vantagens observadas:⁷³

- *La estructura legal y financiera de un banco comercial permite operar rentablemente y lograr viabilidad em el largo plazo.*
- *El estar bajo las normas que rigen al sistema financiero otorga seguridad y confianza a los clientes, sobre todo después de varias penosas experiencias financieras informales.*
- *Estar legalmente autorizado para prestar el servicio de ahorros al público, permitiéndoles respaldo legal y formal a sus depósitos.*
- *Al contar con ventanillas propias se puede realizar una atención óptima, eficiente y bien controlada em lo que se refiere a operaciones de desembolsos y cobros, dentro de una concepción de atención de alta calidad a los clientes.*

⁷² Idem

⁷³ Idem

A operação como banco comercial privado permitiria à instituição captar recursos de uma maneira mais flexível no mercado, inclusive depósitos do público e colocação de títulos no mercado doméstico e internacional, além de permitir o acesso às operações no mercado Interbancário e ao redesconto oferecido pelo Banco Central para bancos comerciais.

As vantagens eram inúmeras frente às dificuldades de captação de recursos, que impediam o cumprimento do objetivo maior da ONG de atender cada vez um número maior de pobres com os produtos de microfinanças, além do microcrédito. A criação do BancoSol foi a resposta às limitações impostas a atuação de uma ONG.

3.1.2 – Nascimento do Banco: Fase de crescimento – de 1992 a 1999

Esta fase correspondeu à mudança organizacional e jurídica da instituição e também ao período de grande expansão da carteira. Em fevereiro de 1992, o BancoSol iniciou suas atividades como instituição bancária comercial privada exercendo uma situação de liderança absoluta⁷⁴ nos serviços de microfinanças, sob a seguinte missão institucional:

“Somos el Banco que brinda la oportunidad de tener un mejor futuro a los sectores de menores ingresos, mediante el acceso a servicios integrales de alta calidad.”⁷⁵

O novo banco herdou os clientes urbanos da PRODEM, oriundos do êxodo rural, com baixo nível de escolaridade e qualificação, e que nas cidades encontravam sérias dificuldades para conseguir ocupação. A PRODEM transferiu ao BancoSol uma carteira de empréstimos de US\$ 3.960.000, com

⁷⁴ O maior concorrente do BancoSol é a Caja Los Andes, organização ligada ao Grupo Internacional ProCredit, que nasceu em 1990 como ONG ProCrédito, foi convertido em Fundo Financeiro Privado (FFP) e transformou-se em instituição bancária somente em 2005. No período em referência, a ONG ProCrédito também expandiu suas atividades significativamente, acompanhando o crescimento do mercado boliviano e do BancoSol. Ao fim de 1995, BancoSol e Caja Los Andes já eram as duas maiores instituições de microfinanças da Bolívia. O BancoSol tinha 81.347 clientes ativos e a Caja Los Andes 15.954, enquanto o conjunto de bancos comerciais (excluído o BancoSol) tinha 126.912 clientes ativos.

⁷⁵ Fonte: <http://www.bancosol.com.bo>

17 mil clientes (14.300 ativos), cinco agências e baixa inadimplência, com apenas 0,4% da carteira em atraso⁷⁶.

Cabe a observação de que a PRODEM foi criada com o intuito de atender às famílias de microempreendedores nas áreas urbanas. No entanto, as áreas mais empobrecidas da Bolívia onde se obtêm os mais baixos indicadores sociais são, sabidamente, as áreas rurais. NAVAJAS e SCHREINER (1998) alertaram para o fato de que as distâncias rurais, a baixa densidade demográfica e a topografia acidentada têm criado ao longo dos anos muitos nichos para as ONGs financeiras, embora claramente com custos operacionais maiores. Diante do exposto, mesmo após a criação do banco, as atividades da PRODEM não foram encerradas. Houve alteração de nicho de atuação da instituição e a PRODEM passou a especializar-se na prestação de serviços em microfinanças rurais, com o objetivo de atender a este nicho até então pouco explorado e carente.

Além dos clientes, o BancoSol recebeu também importantes bens intangíveis da PRODEM, que foram vitais para o sucesso imediato da nova instituição, segundo GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* (1996, p. 5):

- Uma tecnologia de concessão já testada e ajustada, o que manteve a baixa inadimplência;
- Um estoque de informações estratégicas, acumuladas em anos de trabalho neste nicho de mercado e adequadas às condições locais e à clientela;
- Relacionamento com clientes com bom histórico de pagamento;
- Rico capital humano, composto por quadro de funcionários experiente, treinado e conhecedor dos processos;
- Reputação e imagem de instituição séria e sustentável;

⁷⁶ Fonte: www.mixmarket.org

- Relacionamento bem estabelecido com organismos internacionais, particularmente ACCION, resultando em oportunidades de transferência de tecnologias e compartilhamento de experiências;
- Forte compromisso com sua missão, resultando numa peculiar cultura organizacional com a migração dos principais dirigentes da PRODEM para o BancoSol, assim como a forte presença dos acionistas com uma visão clara sobre o papel da instituição.

Em suma, a bem sucedida experiência da PRODEM na concessão de microcréditos para os grupos solidários nos anos anteriores, deu ao BancoSol a vantagem de iniciar suas atividades com um importante *background* sobre o mercado, suas demandas e ainda contar com uma carteira de clientes tomadores com histórico.

Embora o BancoSol tenha alterado sua constituição para banco comercial privado operando então sob a regulação do Banco Central da Bolívia imposta aos bancos comerciais, inegavelmente a nova instituição era peculiar em sua formação, objetivos e nicho de mercado.

O que diferenciava o BancoSol dos outros bancos comerciais bolivianos era um portfólio constituído quase inteiramente por microcréditos concedidos de forma bem sucedida, com baixo índice de inadimplência, servindo de exemplo a bancos comerciais convencionais. O banco procurou manter os objetivos sociais de seus sócios, mesmo após a mudança institucional, considerando que 75% das ações do novo banco ficaram sob domínio de organizações não governamentais internacionais de microfinanças como a ONG ÁCCION e outros doadores de fundos (ACCION Internacional, Fundação Calmeadow, Societe D'Investissement et de Developpement International, etc.) e os 25% restantes ficaram com investidores bolivianos, inclusive o então presidente Sanchez de Lozada (GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* 1996).

Já o que diferenciava o BancoSol de outras instituições de microfinanças era sua constituição jurídica de banco comercial privado, o que permitiu captar recursos do público e tornar a instituição auto-sustentável financeiramente e menos dependente de doações. Mesmo mantendo os objetivos sociais implícitos à atividade de microfinanças, o banco adotou uma estratégia de maximização de lucros de viabilidade comercial, visando atender aos anseios dos acionistas por lucros como qualquer banco comercial.

Mais do que lucros, buscava-se a possibilidade de auto-sustentação da atividade de microfinanças através da operação de banco comercial, o que permitiria o reinvestimento dos lucros obtidos e expansão contínua das atividades, conforme GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* (1996) descreve abaixo:

“BancoSol’s shareholders expect profits and they probably reinvest them in the quest for additional outreach, as they believe that a profitable operation best serves their altruistic goals. The accompanying strong concern for financial viability within its market niche is at the roots of BancoSol’s successful performance”.

Neste período de 1992 a 1999, o BancoSol apresentou grande crescimento em número de clientes e tamanho de carteira. O número de clientes passou de 17.000 para 81.555, e a carteira de crédito cresceu de US\$ 22,7 milhões em 1992 para US\$ 82,2 milhões em 1999 (Tabela V). A inadimplência manteve-se em baixos níveis, com média de 3,5% da carteira.

O valor do empréstimo médio subiu substancialmente desde a mudança institucional de ONG para banco comercial, saindo de US\$ 174 em dezembro de 1991, passando a US\$ 250 em dezembro de 1992 (primeiro ano de atividade como BancoSol) e chegando a US\$ 505 em junho de 1995.

GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* (1996) identificaram três razões possíveis para o aumento do valor do empréstimo médio durante o período de operação de uma IMF:

- Mudanças no *target* de público alvo da carteira, como alterações nas políticas de crédito e nos critérios de avaliação que possam favorecer a concessão aos clientes menos pobres, como estratégia para aumentar rentabilidade da

carteira ou redefinições de seu nicho de mercado. Esses aumentos podem refletir a busca por clientes mais ricos, que demandarão empréstimos mais elevados do que os clientes mais pobres;

- A melhora do acesso a informação, como conhecimento acumulado e experiência no mercado e revisão das percepções de risco, torna possível o aumento do tamanho do empréstimo inicial e/ou acelera o crescimento do tamanho do empréstimo nas concessões subsequentes ao longo do relacionamento com determinado cliente, observada sua capacidade de repagamento e nível de pobreza;
- Aumento na demanda dos clientes, quando o crescimento de clientes individuais leva a melhora de suas capacidades de repagamento e demanda por empréstimos maiores. Para a organização, a maturidade de sua carteira aumenta a participação desses clientes estabelecidos entre o número total de tomadores. Isso reflete o crescimento continuado do tamanho do empréstimo após vários ciclos de empréstimos em virtude do relacionamento com os clientes.

Dentre os motivos apontados, apenas alterações na política de concessão e redefinição de nichos de mercado (1º motivo) poderia estar ligado à perda de foco em microfinanças (*mission drift*). Embora o BancoSol inicialmente tenha aumentado o tamanho dos empréstimos em virtude de sua política de expansão da carteira, quando a transformação da ONG em banco removeu as limitações de credibilidade, a maior parte da expansão da carteira ocorreu mesmo como reflexo do aumento da demanda dos clientes e da melhora do acesso a informação, sendo consistente com a atuação de uma IMF e refutando a perda de foco em microfinanças.

3.1.3 – Após ano 2000: Consolidação como banco comercial

Esta fase correspondeu à mudança estratégica da instituição que a conduziu à sua consolidação como banco comercial.

O ano 2000 trouxe alguns desafios que fizeram o banco repensar sua forma de atuação:

- Economia em recessão afetada por crises interna e externa.

As crises internacionais dos Tigres Asiáticos em 1997 e Rússia em 1998 provocaram aumento da aversão ao risco e saída maciça de capitais dos países em desenvolvimento, trazendo efeitos perversos para as economias dos países da América Latina, inclusive para a Bolívia. Muitos países recorreram à ajuda do FMI e políticas restritivas de ajuste econômico foram implementadas, tais como liberação cambial, aumento de taxas de juros, redução dos gastos públicos, etc. Internamente, os setores de manufatura e comércio foram os mais atingidos, setores estes diretamente relacionados aos microempresários, o que levou ao país recessão, desemprego e redução dos gastos sociais, culminando na redução na capacidade de pagamento dos clientes. O país enfrentou ainda conflitos sociais, com bloqueios de vias e enfrentamentos armados, afetando ainda mais a economia local.

- Sistema bancário apresentando fortes perdas.

Em virtude da queda acentuada do nível de atividade no lado real da economia, o setor financeiro foi sensivelmente afetado, não somente em termos de atrasos observados nas carteiras de crédito e conseqüente aumento nas provisões de perdas, mas também pela contração geral na carteira de créditos dos bancos tradicionais, que atendiam principalmente a classe média, que fora bastante afetada pela contração da economia e desemprego. Neste período, efeito contrário foi observado nas carteiras especializadas em microfinanças, que tiveram aumento de procura por tais serviços, como reflexo do cenário macroeconômico desfavorável ao emprego formal.

- Sobreendividamento, pelo excesso de concessão de créditos voltados para consumo, sem tecnologia adequada.

Com o surgimento de várias pequenas instituições de microfinanças em meados da década de 90, ocorreu aumento da oferta de microcrédito no país com uso de métodos de concessão nem sempre adequados, sem a preocupação de educar financeiramente os tomadores e/ou sem relacionar a utilização do crédito às atividades empresariais, o que acabou gerando a um superendividamento dos microempresários e acabou afetando negativamente todo o mercado de microfinanças na Bolívia.

Diante deste cenário, a diretoria do banco entendeu que era hora de promover uma mudança estratégica na forma de atuação do banco, até então dedicado exclusivamente à concessão de créditos solidários. Tratava-se de enfrentar os obstáculos de crescimento dos microempresários, que demandavam uma gama cada vez maior de produtos complementares, além dos créditos antes oferecidos.

Isso fez com que o Banco lançasse produtos voltados a concessão de créditos individuais, em detrimento dos oferecidos aos grupos solidários, além de linhas de créditos de curto prazo para capital de giro, créditos para investimentos de médio e longo prazo, serviços de cobrança, seguros de vida, transferências, compra e venda de moeda estrangeira, cartões de crédito, caixas automáticos, etc.

Vale ressaltar que a concessão de créditos solidários envolve custos maiores que a concessão de créditos individuais, considerando que no crédito solidário é necessário treinar e manter equipes para fazer o acompanhamento dos tomadores e seus negócios, enquanto que na concessão de créditos individuais, outras ferramentas, como a utilização dos modelos de *credit* e *behaviour scoring*, facilitam a concessão e permitem assim a redução dos custos. Outro ponto de destaque é a diversificação dos produtos oferecidos, que permite mitigação do risco e maximização do lucro.

Segundo o próprio banco,

“Todos os productos y servicios han sido desarrollados tomando en cuenta las necesidades y capacidades de los microempresários. Otra vez, BancoSol demostró su liderazgo al ser la primera institución em ofrecer um paquete de servicios completo y extensivo dirigido específicamente a microempresários.” (BancoSol, pag. 17)

Visando atender ao país inteiro e otimizar os recursos do banco, os dirigentes decidiram centralizar as informações, reduzindo os custos operacionais e administrativos através da consolidação dos processos a nível nacional. Num curto espaço de tempo, os sistemas foram unificados, atualizados, sem interrupção dos serviços. Houve neste período a consolidação do BancoSol com uma das maiores instituições bancárias e de serviços de microfinanças da Bolívia.

3.2 – Situação atual e posicionamento de mercado

O BancoSol consolidou-se como uma das maiores instituições bancárias da Bolívia e também continua sendo uma das maiores instituições de microfinanças da América Latina, mesmo após a mudança para banco comercial, quando comparamos seu desempenho com seus concorrentes locais. Tem como principal concorrente o Banco Los Andes⁷⁷, uma instituição bancária que percorreu caminho similar ao trilhado pelo BancoSol, migrando de IMF para banco comercial privado.

O perfil dos clientes do banco é em sua maioria de jovens, sendo que 40% estão entre 35 e 45 anos e 46% são mulheres provenientes de famílias numerosas com baixo nível educacional. O banco está presente nas oito maiores cidades La Paz, Cochabamba, Santa Cruz, Oruro, Sucre, Tarija, Potosí y Trinidad por meio de uma rede de mais de 100 filiais e correspondentes e possui 1.235 funcionários.

⁷⁷ Atualmente o Banco los Andes é o principal concesso de microcréditos na Bolívia e a segunda maior instituição bancária, segundo dados da ASOFIN e Banco Central da Bolívia. Mais informações estão disponíveis em www.bcb.gov.bo.

A estratégia do banco de expandir a concessão de créditos individuais e diversificar o portfólio de produtos destinados a públicos diversos, além dos produtos ligados exclusivamente a microfinanças, pode ser claramente observada nos números do banco, atingindo o ápice desta estratégia em 2007.

Na comparação dos números de 2007 em relação ao ano de 2006, houve a redução de 58,11% na concessão da linha de crédito solidário, voltada para grupos solidários, e crescimento de 38,98% da linha de crédito Sol Individual, voltada para clientes individuais. Também observamos forte crescimento das linhas Sol Veículo (para financiamento de veículos), Sol de Oro (empréstimo com garantia de penhor de jóias) e Sol 500 (capital de giro de liberação em 24 horas), de 47,89%, 32,90% e 274,28%⁷⁸, respectivamente, movimento este observado também no acréscimo e decréscimo no número de clientes por produto⁷⁹.

Observa-se também que o valor do “empréstimo médio” vem crescendo anualmente. Em 2000 era de US\$ 1.276 (MONZONI, 2006, pag.41), já como consequência da mudança de estratégia adotada a partir de 1999 de marginalmente reduzir as operações com crédito solidário e migrar para o crédito individual, e em dezembro de 2007 o crédito médio era de US\$ 2.547, com 82.051 clientes de crédito⁸⁰ (ver tabela V). Vale ressaltar que o modelo de concessão de crédito através de Grupo Solidário representou uma inovação e foi amplamente utilizado no início da atuação da ONG como forma de garantia dos empréstimos concedidos, visando reduzir a inadimplência.

Mesmo com o aumento da concessão de empréstimos individuais, ao analisar o padrão de inadimplência do banco, observamos que o banco conseguiu manter a níveis baixos a inadimplência da carteira, ao mesmo tempo em que apresentou crescimento da carteira bruta de crédito, quando comparado aos padrões do Sistema Financeiro da Bolívia.

⁷⁸ Ver tabela III

⁷⁹ Ver tabela IV

⁸⁰ Mais informações estão disponíveis no site da ASOFIN <http://www.asofinbolivia.com>

Segundo dados do Banco Central boliviano, no ano de 2006, o percentual de créditos em atraso na carteira bruta do BancoSol era de 3,15% e caiu para apenas 0,99% em 2007, o nível mais baixo desde 92. No mesmo período, o Sistema Financeiro boliviano apresentava inadimplência de 8,67% e 5,60%, respectivamente, o que nos leva a concluir que a instituição acabou por desenvolver sólidos critérios de avaliação de créditos individuais que aproximaram seus modelos de *behaviour scoring* da realidade do país e tornou a instituição mais eficaz no gerenciamento do risco de crédito de sua carteira que os outros operadores do mercado, mesmo sem a apresentação de garantias formais.

No balanço de 2007, do passivo total apresentado pelo banco, 69,3% do total corresponde a obrigações com o público, demonstrando a auto-suficiência da instituição e a caracterização de um banco comercial normal, cujo financiamento das operações se dá realmente através da captação de recursos do público.

Atualmente, o BancoSol opera várias linhas de crédito, em moeda local (bolivianos) ou em dólares americanos. No site da instituição é possível efetuar simulações de custo de cada linha oferecida.

Os principais produtos de crédito oferecidos pelo BancoSol são:



Sol Individual

O Sol Individual é uma linha de crédito individual destinada a pessoas físicas, correntistas ou não, proprietários de um micronegócio que gere fluxos de caixa suficientes para quitar o empréstimo. O crédito destina-se a cobrir necessidades de capital e trabalho, investimentos e outras necessidades de consumo dos microempresários. Os empréstimos vão de US\$ 50 a US\$ 250,000

com prazo de até 5 anos, com apresentação de garantias, tais como aval, garantias reais ou hipoteca ou ainda créditos quirografários⁸¹.



Solidario

A linha Solidario corresponde ao microcrédito produtivo orientado, concedido em grupos de 3 a 4 pessoas, solidárias entre si, em montantes que não excedam os US\$ 2.000 por cliente e nem US\$ 6.000 por grupo solidário. Os participante do grupo devem ter afinidades entre si e não podem ser parentes em 1º e 2º graus. A característica básica do produto é iniciar as operações com baixo endividamento. Não deve existir uma dispersão maior de 30% entre o menor valor e o maior valor de financiamento entre cada componente do grupo para operações superiores a US\$ 500.



Sol Vivienda

Corresponde ao crédito imobiliário, destinado a compra, construção, melhora e legalização de um imóvel, financiando até 80% do valor comercial da propriedade. Esta linha destina-se a pessoas físicas, clientes ou não do banco, com capacidade de pagamento para quitar o empréstimo. Os empréstimos vão de US\$ 200 até US\$ 150,000, com prazo de até 15 anos, com garantia do próprio imóvel e mediante contratação de seguro de Desgravamen⁸², seguro contra incêndios e riscos adicionais.



Sol Efectivo

È o crédito destinado às pessoas físicas assalariadas, clientes ou não do banco, funcionários de empresas consideradas estáveis. Os

⁸¹ Credores quirografários são aqueles que não possuem qualquer preferência, privilégio ou garantia concreta. Em suma, são aqueles cujos créditos não têm garantia real ou preferência legal. Trata-se do crédito simples, sem apresentação de garantias.

⁸² Seguro de Desgravamen é uma forma de seguro de vida, segundo a qual a seguradora cobre o risco de morte do segurado devedor, que cobre o pagamento de um determinado credor beneficiário capital, a pagar em caso de morte do segurado durante o prazo de pagamento da dívida.

valores emprestados vão até US\$ 10,000 com garantia de aval, garantias reais de bens ou hipoteca, com prazo de até 3 anos.



Sol Vehículo

Trata-se de financiamento de veículos, tanto para finalidades de transporte público quanto privado.

No caso de transporte privado, financia-se até 80% do valor da compra de veículos novos e usados, para pessoas físicas, clientes ou não da instituição, com capacidade de pagamento das parcelas.

No caso de transporte público, também se financia até 80% do valor da compra de veículos novos e usados, para pessoas físicas, clientes ou não da instituição, com capacidade de pagamento das parcelas e com apresentação de bens imóveis como garantia da operação.



Sol de Oro

O produto Sol de Oro corresponde a uma linha de crédito com garantia de penhor de jóias de ouro, destinado a pessoas físicas, clientes ou não da instituição, que queiram um empréstimo imediato e de livre disponibilidade, para satisfazer necessidades imprevistas. Os empréstimos vão de US\$ 40 a US\$ 1,000, com prazo de 1 a 6 meses, com a penhora da jóia.



Sol 1000

Este produto visa liberação imediata de recursos (em até 24 horas) para financiamento de capital de trabalho, máquinas, equipamentos, ou ferramentas de trabalho no valor máximo de US\$ 1.000. Os empréstimos vão de US\$ 50 a US\$ 1,000 (ou equivalente em bolivianos).

O banco também oferece produtos de poupança (Contas de Poupança e Depósitos a Prazo Fixo) para captação de recursos do público, remessas de valores em âmbito nacional ou internacional (Giros Nacionais e Giros Internacionais) e Microseguros (Sol Seguro, que é um seguro de vida; Sol Salud, seguro saúde familiar; Sol Salud Plus seguro saúde familiar com proteção médica em caso de acidentes).

Dentre os principais serviços, destacam-se o Sol Amigo (rede de pontos de atendimento e caixas automáticos instalados em pequenos comércios), InfoSol SMS (envio de saldos e extratos de investimentos, informações sobre vencimentos, etc.), Cartas de Fiança e Garantia (garantia de operações comerciais dos clientes com finalidade, prazo e valor determinado), Pagamentos de Serviços (pagamentos diversos de água, luz, etc.), Arrecadação Tributária (quitação de tributos), Cartões de Débito e Rede de Caixas Automáticos e Serviços para Migrantes bolivianos nos EUA e Espanha (seguros de vida, créditos para moradia na Espanha e créditos para moradia nos EUA).

Em termos de desempenho financeiro, podemos observar nos balanços da instituição que o BancoSol é bastante sólido e rentável, na comparação com seus pares locais. Uma das formas de avaliação de eficiência empregada na avaliação e comparação de bancos na Bolívia é o índice CAMEL (*Capital, Assets, Management, Earnings, Liquidity*), que apura a adequação de capital, a qualidade dos ativos, a qualidade de administração e a performance de utilidades e posição de liquidez, ponderando cada item na proporção 30%, 30%, 10%, 20% e 10%, respectivamente. Em 2007, o índice CAMEL apurou o BancoSol com qualificação total de 1,93 classificando-o como o melhor banco e instituição de microfinanças da Bolívia, ante a média de 2,58% das 9 instituições bancárias bolivianas.

O índice CAMEL do BancoSol apurado nos anos 2000 a 2007, apresenta-nos uma importante fonte de checagem de seus dados econômico-financeiro, do ponto de vista da eficiência bancária. Podemos observar que ao longo dos anos, em especial após mudança estratégica ocorrida em 2000, o

BancoSol vem aumentando sua eficiência financeira, com aumento no número de clientes e mantendo baixo nível de inadimplência (veja tabela II).

A depuração do índice CAMEL nos esclarece como os indicadores foram obtidos, quais análises foram efetuadas e com quais objetivos:

Quadro I – Depuração índice CAMEL

	Indicadores	Fórmula	Significado
CAPITAL	Índice de solvência	Carteira em atraso - provisões para carteira de irrecuperáveis (PDD) - provisões voluntárias, dividido sobre o patrimônio	Indica o percentual do patrimônio que está em risco de se perder. Quanto mais baixo melhor, podendo inclusive ser negativo
	Carteira em atraso + bens realizáveis recebidos em recuperação de créditos – provisões, dividido sobre o patrimônio	Carteira em atraso + bens realizáveis recebidos em recuperação de créditos - provisões para carteira de irrecuperáveis (PDD) – provisões voluntárias, dividido sobre o patrimônio	Indica o percentual do patrimônio que está em risco depois de somado os bens que foram dados em garantia. Quanto mais baixo melhor, podendo inclusive ser negativo
	Ativo + contingente, dividido sobre o patrimônio	Ativos totais + contingente / patrimônio	Proporção de ativos + contingente sobressai o patrimônio. Quanto mais baixo, melhor.
ASSETS	Índice de atraso	Carteira vencida + carteira em execução / carteira total	Mostra que percentual da carteira total está vencida (vencida - execução).
	Carteira de execução líquida sobre carteira em atraso	Carteira em execução – provisão por riscos adicionais – provisões por riscos, sobre a carteira em atraso	Mostra que percentual da carteira em atraso corresponde à carteira em execução sem cobertura de provisões. Quanto mais baixo, melhor.
MANAGEMENT	Eficiência administrativa	Gastos de administração / ativos + ativos contingenciados.	Medida que mostra o quão eficiente é a administração do ativo somado ao contingente. Quanto menor, melhor.
	Gastos administrativos sobre o passivo	Gastos da administração / Passivo	Demonstra a eficiência na administração dos passivos, entre eles as captações do público. Quanto mais baixo, melhor.
	Gastos administrativos sobre o total de gastos.	Gastos de administração / Gastos totais	Seria a proporção de gastos totais correspondente aos gastos de administração. Quanto mais baixo, melhor.
	Return Over Assets – ROA (Retorno sobre os ativos)	Utilidade / perda de ativos + ativo contingente	Indica a rentabilidade gerada pelos ativos e contingentes. Quanto mais alto, melhor. Pode ser negativo se a instituição apresentar prejuízo.

EARNINGS	Return On Equity – ROE (retorno do patrimônio)	Utilidade / perdas / patrimônio	Indica a rentabilidade do patrimônio. Quanto mais alto, melhor. Pode ser negativo se a instituição apresentar prejuízo.
	Resultado líquido sobre receitas financeiras	Utilidade / perdas / receitas financeiras	Demonstra qual a proporção das receitas financeiras sobre o resultado líquido. Quanto mais alto, melhor.
LIQUIDITY	Liquidez	Disponibilidades - investimentos temporários / passivo total – títulos de valores convertidos obrigatoriamente em capital.	Indica que percentual do passivo está coberto pelo volume de liquidez disponibilizado. Quanto mais alto, melhor.
	Liquidez Imediata	Disponibilidades + investimentos temporários / depósitos à vista + poupança + DPF a 30 dias	Indica que percentual do passivo a curto prazo está coberto com o volume de liquidez que se disponibiliza. Quanto mais alto, melhor.

Fonte: El Deber, Dinero&Finanzas de 22/01/2008

Em 2007, o índice CAMEL apontou o BancoSol como a instituição bancária mais eficiente da Bolívia. Segue abaixo avaliação do ano de 2007 através do índice Camel com os principais participantes do sistema bancário boliviano, mostrando a posição do BancoSol em relação a seus concorrentes.

Quadro II - Índices de Eficiência do Sistema Bancário Boliviano em 2007

Qualificação CAMEL	POND	BSO	BIS	BCR	BMS	BLA	BEC	BNB	BUN	BGA	MÉDIA
1. CAPITAL (PATRIM)	30%	1,67	2	2	2,67	2	2,33	2,67	4	4,33	2,63
Carteira em atraso - provisões / patrimônio		1	2	2	2	2	3	2	4	5	
Carteira em atraso + bens realizáveis recebidos em recuperação de créditos - provisões para carteira de irrecuperáveis (PDD) – provisões voluntárias, dividido sobre o patrimônio		2	2	2	3	2	2	3	5	3	
(Ativo + Contingente) / Patrimônio		2	2	2	3	2	2	3	3	5	
2. ASSET (ATIVOS)	30%	1,33	2,33	2,	3	2	3	3	3,33	3	2,56
Carteira líquida em atraso / Carteira Bruta		2	3	2	3	2	2	3	5	3	
Carteira em atraso descoberta		1	2	1	3	2	3	3	3	3	
Carteira líquida em execução / Carteira em atraso		1	2	3	3	2	4	3	2	3	
3. MANAGEMENT (ADM)	10%	4	1,67	3	2,33	3,33	2	2,33	2,33	2	2,56
Custos administrativos/ (Ativo + contingente)		5	2	2	2	4	2	2	3	2	
Custos Adm / Passivo		5	2	2	2	4	2	2	2	2	
Custos Adm / Custo Total		2	1	5	3	2	2	3	2	2	
4. EARNINGS (RECEITAS)	20%	1,67	2,67	1,33	1,67	3,33	3	3,33	2,67	3	2,52
Resultado liq / (Ativo + contingente)		1	3	1	2	3	3	4	3	3	
Resultado líquido / Patrimônio		1	3	2	1	3	3	3	2	3	

Resultado líquido / Receitas financeiras		3	2	1	2	4	3	3	3	3	
5. LIQUIDITY (LIQUIDEZ)	10%	3	1,50	4	2,50	3,50	3	2	2	2	2,61
(Disp+Invest Temporários) / Obrigações de Curto Prazo		3	1	5	3	2	3	2	2	2	
(Disp+Invest Temporários) / Passivo		3	2	3	2	5	3	2	2	2	
QUALIFICAÇÃO TOTAL	100%	1,93	2,15	2,17	2,52	2,55	2,70	2,80	3,37	3,20	2,58
RANKING		1	2	3	4	5	6	7	8	9	

Fonte: Jornal El Deber

BSO= BancoSol S.A.
 BIS= Banco BISA S.A.
 BCR= Banco de Credito BCP
 BMS= Banco Mercantil Santa Cruz
 BUN= Banco Unión

BLA= Banco de Los Andes
 BEC= Banco Económico
 BNB= Banco BNB
 BGA= Banco Ganadero

O BancoSol destaca-se em comparação aos seus pares de mercado na gestão de Patrimônio e Ativos (itens com maior valor ponderado na composição do índice CAMEL), demonstrando a solidez da instituição, prudência e eficácia no acompanhamento e percepção dos riscos de crédito e de mercado. Observamos, porém, que seu pior desempenho refere-se ao item Administração (item com o menor valor ponderado na composição do índice CAMEL), corroborando a preocupação dos dirigentes da organização, expressa em seus relatórios anuais, com a contínua busca pela redução dos custos operacionais.

Em relação à participação de mercado, em 2007 o BancoSol detinha 23,2% do índice de participação de carteira, considerando os Fundos Financeiros Privados e o Banco Los Andes. No mesmo período, em relação ao número de clientes ativos, o banco manteve 21,4% do mercado. Vale a observação de que em 2002 a participação do BancoSol no mercado de microfinanças correspondeu a 32% da carteira bruta do sistema, evidenciando a perda de cerca de 10% do *market share*, período este em que seu concorrente direto o Banco Los Andes cresceu. Tais dados estão disponíveis na tabela VII.

No quadro abaixo, observamos o ranking das instituições de microfinanças bolivianas elaborado pela ASOFIN (Associação de Instituições de Microfinanças da Bolívia) com dados de dezembro/2008, com destaque para o BancoSol que figura como uma das maiores IMF do país, atrás apenas do Banco Los Andes em número de clientes e carteira bruta, porém apresenta a menor taxa de inadimplência do mercado, de 0,99% em 2007 e 0,81% em 2008 quando a média do mercado foi de 1,07% em 2007 e em 2008 para IMFs

associadas à ASOFIN e de 6,40% em 2007 e 4,97% em 2008 para bancos. O BancoSol também apresenta o maior retorno sobre o patrimônio, de 37,4% em 2007 e 8,9% em 2008, contra a média para IMFs associadas à ASOFIN em 2007 e em 2008 para IMFs associadas à ASOFIN. Já para os para bancos, o retorno médio foi de 22,8% em 2007 e em 2008 foi de 23,1%.

Quadro III – Evolução por entidade – Carteira Bruta (em milhares de US\$)

Entidade	CARTEIRA BRUTA									
	31/12/99	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08
BANCOSOL	82,273	77,803	81,149	80,900	91,175	108,560	130,106	164,155	208,959	296,325
LOS ANDES	35,852	46,760	52,634	64,220	82,179	113,700	146,461	190,245	271,078	342,948
FIE	18,520	22,459	27,483	34,650	40,390	54,196	73,850	101,695	161,253	246,187
PRODEM	21,769	23,574	33,627	44,138	62,016	86,495	108,944	135,492	166,581	240,794
TOTAL ASOFIN	202,507	224,267	243,854	264,785	325,331	414,815	532,931	679,278	921,465	1,304,301
BANCOS ¹	ND	ND	ND	2,585,897	2,460,401	2,311,028	ND	2,412,411	2,724,094	3,094,449

¹ EXCETO BANCOSOL E BANCO LOS ANDES
 FONTE: ASOFIN ND: NÃO DISPONÍVEL

Quadro IV – Evolução por entidade – Número de Clientes de Crédito

Entidade	Nº DE CLIENTES DE CRÉDITO									
	31/12/99	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08
BANCOSOL	73.073	6,082	61.338	50.904	56.707	71.609	85.000	70.254	82.051	109.763
LOS ANDES	36.814	41.665	43.530	46.971	49.700	64.698	74.220	77.991	94.326	111.022
FIE	23.714	22.986	22.614	25.388	31.397	41.888	51.973	64.456	79.553	10.584
PRODEM	ND	26.997	22.345	21.386	25.250	56.618	68.792	77.476	85.578	98.207
TOTAL ASOFIN	176.245	202.943	189.890	170.090	185.972	260.785	314.955	322.688	383.985	505.057
BANCOS ¹	ND	ND	ND	159.388	152.493	134.091	ND	ND	190.747	ND

¹ EXCETO BANCOSOL E BANCO DOS ANDES
 FONTE: ASOFIN ND: NÃO DISPONÍVEL

Quadro V – Evolução por entidade – Principais indicadores

EVOLUCION POR ENTIDAD DE LOS PRINCIPALES INDICADORES, EN %:

ENTIDAD	MORA / CARTERA BRUTA			PREVISION / MORA			RESULTADO / PATRIMONIO		
	31/12/07	30/11/08	31/12/08	31/12/07	30/11/08	31/12/08	31/12/07	30/11/08	31/12/08
BANCOSOL	0.99%	0.79%	0.81%	471.3%	601.3%	709.5%	37.4%	17.7%	8.2%
BANCO LOS ANDES	1.19%	1.31%	1.00%	267.6%	219.5%	264.2%	13.1%	7.2%	8.9%
FIE	0.79%	0.77%	0.67%	650.1%	663.2%	751.0%	19.0%	15.9%	20.2%
PRODEM	0.89%	0.81%	0.68%	388.2%	374.6%	456.6%	22.7%	13.1%	14.0%
ECO FUTURO	1.47%	1.36%	2.05%	246.5%	229.2%	191.3%	20.2%	9.7%	6.2%
FORTALEZA	2.88%	2.70%	1.97%	123.2%	125.6%	215.0%	15.2%	10.9%	3.4%
FASSIL	0.06%	0.32%	0.27%	2130.8%	748.8%	1187.0%	19.8%	1.5%	-9.1%
AGRO CAPITAL	1.43%	1.79%	1.42%	389.9%	331.1%	416.8%	6.3%	-4.4%	-2.9%
TOTAL ASOFIN	1.07%	1.04%	0.92%	366.4%	370.7%	445.4%	20.3%	10.8%	9.8%
BANCOS (1)	6.40%	5.44%	4.97%	129.7%	138.7%	162.1%	22.8%	24.1%	23.1%
COOP ABIERTAS	2.88%	3.10%	2.51%	318.3%	277.9%	356.9%	11.8%	7.0%	6.0%
MUTUALES	8.26%	5.67%	5.03%	157.6%	214.6%	240.1%	-0.1%	6.6%	7.9%

Após análise das avaliações das instituições bancárias (índice CAMEL) e também das instituições de microfinanças (ASOFIN), ressaltamos o fato de que o BancoSol é apontado em ambas as avaliações como um dos principais *players* do mercado boliviano.

O bom desempenho da instituição enquanto instituição bancária e IMF nos instiga a checar se esse é um fenômeno de ocorrência possível apenas na Bolívia, dado alto índice de pobreza e baixa qualificação profissional da população, ou se esse modelo de instituição bancária fortemente atuante no mercado de microfinanças poderia ser repetido em outros países em desenvolvimento, como o Brasil por exemplo. Na tabela VII, vemos os resultados do banco em comparação com o Sistema Financeiro boliviano, cujos dados corroboram a boa performance da instituição.

3.3 – Debate atual sobre o BancoSol

O BancoSol é tratado frequentemente apenas como instituição de microfinanças e costuma-se ressaltar seu desempenho positivo no mercado de microfinanças. Mesmo quando há comparação com outras instituições bancárias, ressalvas são sempre feitas destacando a posição do BancoSol como prioritariamente uma IMF.

Esta percepção popular de que o BancoSol continua sendo uma grande instituição de microfinanças é justificada pelo fato de o banco ter nascido de uma IMF, continuar declarando sua missão de prestação de serviços em microfinanças com vistas à redução da pobreza local e também pelos prêmios recebidos pela instituição de organismos internacionais de apoio às microfinanças, tais como o prêmio oferecido pelo BID à instituição em 2007 pela excelência em microfinanças. Outro dado que corrobora esta percepção está no fato de que o BancoSol faz parte de todas as associações de microfinanças na Bolívia e, embora esteja atendendo também aos não-pobres, ainda é um dos maiores ofertantes de microcrédito da Bolívia e sem dúvida alguma é uma importante referência em microfinanças na América Latina, e seu desempenho ao longo dos anos contribuiu positivamente para o exponencial desenvolvimento desse mercado na Bolívia.

As discussões em pauta sobre o BancoSol dizem respeito à:

- Se o BancoSol atua como uma instituição de microfinanças ou se perdeu as características básicas necessárias a uma IMF e por isso deixou de ser uma instituição desse tipo após o *upgrading*;
- Se como banco privado comercial que vislumbra a obtenção de lucros com uso de comercialização de diversos produtos além do microcrédito, há prejuízo às atividades microfinanceiras;
- Diante da aceitação de que realmente se trata de um banco comercial privado, se é possível a bancos comerciais atuarem em microfinanças de maneira rentável.
- E finalmente, se a validade de título de instituição de microfinanças só é cabível quando a instituição atende somente aos mais pobres ou se basta atender aos excluídos do sistema formal de crédito.

Partindo do princípio de que as atividades de microfinanças existem para aliviar a pobreza no mundo (visão oriental), a principal crítica de observadores e pesquisadores feita ao BancoSol, sob o aspecto de instituição de microfinanças, diz respeito ao limitado alcance de sua atuação no

atendimento aos realmente pobres ou que se encontrem abaixo da linha da pobreza nacional. O valor médio das operações de empréstimos, que correspondem a quase uma vez e meia o valor da renda per capita nacional, e as exigências que são feitas para a concessão do empréstimo (tempo mínimo de operação da atividade econômica), são vistas como evidências de que BancoSol perdeu o fato de atuação de IMF e passou a operar mais como banco comercial.

Segundo BERGER (2007 (b), pg. 18), recentes estudos quantitativos mostram que o BancoSol apresenta em sua carteira de crédito 49% de clientes ativos que estão abaixo da linha nacional de pobreza. Em contrapartida, 42% clientes ativos têm renda familiar 120% acima da linha nacional de pobreza. Essa constatação tem feito o BancoSol ser muito criticado enquanto instituição de microfinanças, devido ao limitado atendimento aos pobres.

Na ampla literatura disponível sobre o tema microfinanças, selecionamos alguns autores que analisaram especificamente o caso do BancoSol, com o intuito de apresentar um resumo dos principais questionamentos e hipóteses já documentados sobre o assunto.

Dentre os principais estudos realizados, destacamos dois em especial:

- 1) Os estudos realizados pelo Programa de Finanças Rurais do Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico da Universidade de Ohio, nos EUA, com base na atuação do BancoSol desde sua criação até o ano de 1999;
- 2) Os recentes estudos acadêmicos feitos por Gaamaa Hishigsuren, especialista em microfinanças rurais, realizados com o objetivo principal de medir o impacto da atuação e o efeito da comercialização sobre instituições de microfinanças que optaram por se tornar bancos comerciais, como fez o BancoSol.

As pesquisas realizadas na Universidade de Ohio, EUA, analisaram a atuação do BancoSol até 1999, período em que a instituição deixou de ser

uma organização não-governamental de microcrédito para transformar-se em instituição bancária.

De maneira geral, os estudos envolvendo o BancoSol destacam os desafios iniciais da instituição em conciliar a continuidade da missão de redução da pobreza, implícita na operação de microfinanças, com a busca de lucros como qualquer instituição bancária de capital privado. Foram analisados o desafio de crescimento, as condições iniciais, a amplitude dos negócios, a profundidade da atuação, a qualidade dos serviços, os produtos de crédito oferecidos, a sustentabilidade da operação e por fim as receitas, custos e retorno sobre o capital da instituição no período.⁸³

O rápido e vigoroso crescimento observado nos primeiros anos de atuação do banco foi minuciosamente apresentado, a fim de elucidar os ganhos e os riscos possivelmente envolvidos na expansão das atividades de microfinanças, bem como estabelecer os pontos necessários para se atingir essa vigorosa expansão de forma sustentável.

Os pesquisadores de Ohio constataram que o banco gradualmente abandonou a tecnologia de concessão de créditos solidários e, ao mesmo tempo, incrementou o valor médio dos empréstimos concedidos.

Em relação ao perfil de clientes, os pesquisadores constataram que o banco passou a atender também clientes não-pobres, mas isso não significou perda de foco em microfinanças, uma vez que estes clientes em sua maioria correspondem àqueles que, após anos de relacionamento com a instituição e após vários ciclos de crédito, apresentaram progresso financeiro e por isso tiveram sua situação melhorada. Isso comprovaria então o alcance dos objetivos do BancoSol de redução da situação de pobreza local, enquanto instituição de microfinanças, afirmando inclusive que o BancoSol expandiu a

⁸³ Para mais informações veja GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* “*BancoSol – The Challenge of Growth for Microfinance Organizations*”, 1996 e NAVAJAS “*Credit for the Poor: Microlending Technologies and Contract Design in Bolivia*”, 1999.

fronteira das microfinanças no país. Ou seja, não foram encontrados indícios concretos de perda de foco em microfinanças na atuação do BancoSol até 1996. Segundo eles, somente alterações na política de concessão e redefinição de nichos de mercado poderia estar ligado à perda de foco em microfinanças (*mission drift*), o que não foi constatado.

Vários desafios impostos ao banco foram identificados, dentre eles a necessidade de estabelecimento de manter relacionamento com os clientes (obtida com a maturidade da carteira) e o fim da operação com fundos subsidiados, que gerou a redução da margem de ganho (ou *spread*) do BancoSol e imputou à instituição o maior desafio de todos: reduzir os custos operacionais, que nas organizações de microfinanças comumente é elevado.

A principal vantagem da transformação em instituição de intermediação financeira formal, segundo os pesquisadores, está na possibilidade de captação de recursos no mercado via depósitos e instrumentos de crédito, o que levou o BancoSol à auto-sustentação financeira. O fato de ser uma instituição regulamentada permitiu ao banco captar inclusive internacionalmente, num período de abundância de liquidez.

A relevância da trajetória da instituição para o mercado boliviano está na operação, desde o início, focada na impressão de um ritmo de crescimento e eficiência operacional, o que acabou por instigar o resto do mercado a operar dentro de padrões de responsabilidade na concessão, “doutrinando” o mercado, tanto clientes e quanto seus concorrentes.

Já as pesquisas realizadas pela Professora Phd Gaamaa Hishigsuren, diretora de pesquisas e desenvolvimento da IDEAS (Institute for Development, Evaluation, Assistance and Solutions)⁸⁴ e também pesquisadora senior associada da Southern New Hampshire University, nos EUA, concentram-se no impacto da comercialização sobre as instituições de microfinanças, assumindo que IMFs precisam necessariamente servir ao propósito de redução de pobreza.

⁸⁴ <http://www.ideasnet.org>

Deste ponto de partida, a transformação de instituições de microfinanças, tradicionalmente organizações sem fins lucrativos, para bancos comerciais privados, com objetivos de obtenção de lucros via crescimento exponencial tornou-se uma oportunidade de estudo para apurar se há impactos significativos nesta prática que prejudiquem a missão inicial destas instituições.

Hishigsuren observa que a transformação de IMFs em bancos comerciais parece ser o rumo tomado por várias IMFs, em especial na América Latina, sob o pretexto da busca de sustentabilidade financeira e expansão de suas operações. A escolha pela Bolívia foi feita considerando o estágio avançado de desenvolvimento do mercado de microfinanças no país e o BancoSol, por ser agente mais representativo deste movimento.

Dentro desta ótica, Gaamaa Hishigsuren analisou o caso do BancoSol e, segundo tais estudos, o BancoSol não poderia mais ser enquadrado como uma instituição de microfinanças pois, além de obrigatoriamente buscar a obtenção de lucros, destina parte de seus produtos de crédito para atendimento de clientes não-pobres.

A argumentação principal desse trabalho é a de que a busca por lucros impossibilita a execução dos objetivos altruístas de redução de pobreza implícitos às instituições de microfinanças.

Segundo Hishigsuren, uma das condições necessárias para considerar uma instituição como IMF seria o fornecimento de produtos de microfinanças exclusivamente aos pobres, visando obrigatoriamente reduzir a pobreza. O atendimento a clientes não-pobres seria evidência concreta de perda de foco em microfinanças (*mission drift*). A avaliação das tendências de é apurada através de três medidas-padrão de perda de foco:

1) Profundidade de alcance à pobreza

Este item é mensurado através de algumas variáveis, tais como estatísticas demográficas (como renda per capita e IDH, por exemplo), pela observação do incremento no nível de renda dos clientes tomadores de crédito da instituição, pelo nível das taxas de juros praticadas nos empréstimos (se são subsidiadas ou não)

e tamanho dos empréstimos (quanto menor o empréstimo, mais pobres são os clientes).

2) Qualidade do alcance de atuação

Este item mede o nível de satisfação dos clientes com os produtos e serviços oferecidos, geralmente apurado através da relação cliente-empregado (quanto mais agentes de crédito a instituição mantiver, maior será a satisfação dos clientes e maior o impacto na redução da pobreza).

3) Escopo do alcance de atuação

Tipos de produtos e serviços oferecidos pela instituição, uma vez que muitas ONGs oferecem serviços não-financeiros além dos financeiros.

Para avaliar o impacto da comercialização sobre a instituição bancária, Hishigsuren comparou os dados da ONG PRODEM com os do BancoSol e encontrou evidências de que o BancoSol apresenta tendências de perda de foco, principalmente no quesito profundidade de alcance à pobreza. Neste item, especificamente quanto à renda do público-alvo e arcabouço estatístico, comprovadamente no período de atuação da PRODEM o grupo alvo era muito semelhante aos de outras ONGs na provisão de crédito a população considerada abaixo da linha da pobreza e realmente os seus recursos disponíveis foram destinados ao atendimento dos mais pobres. Quanto a atuação do BancoSol, embora o banco ainda mantenha o objetivo de atendimento aos pobres, 20% de seus clientes não são pobres e os 80% restantes não estão exclusivamente abaixo da linha de pobreza.

Ainda na questão de alcance à pobreza, Hishigsuren observou também que as taxas de juros praticadas pelo BancoSol foram decisivamente maiores que as taxas praticadas por outras instituições de microfinanças, quando ocorreu a transição, o que potencialmente reduziu o acesso dos mais pobres às suas linhas de crédito em virtude do maior custo. Após o período de acomodação, as taxas passaram a ser flutuantes e também dificultaram o acesso da população de baixa renda aos empréstimos.

Vale destacar que há discussões no meio acadêmico sobre qual seria o nível ideal de taxas de juros na concessão de microcréditos. Muitos estudos argumentam que operar com taxas abaixo do custo de mercado (ou subsidiadas) gera um risco moral (*moral hazard*) nos tomadores, que podem atrasar a quitação dos empréstimos dado o baixo custo envolvido na operação. Esta argumentação coincide com o posicionamento oficial da instituição sobre o nível de taxas de juros praticadas nos empréstimos, que alega operar em níveis necessários para garantir a sustentabilidade financeira da instituição.

Hishigsuren acredita que a evidência mais concreta de perda de missão está no tamanho médio dos empréstimos concedidos pelo BancoSol, uma vez que os empréstimo médio saiu de US\$ 326⁸⁵ em 1992 quando ocorreu a mudança institucional para US\$ 904⁸⁶ em 1997 e US\$ 2.547 em 2007 (veja tabela V), o que sugere que os tomadores não sejam os mais pobres e que o banco esteja preferindo aumentar os lucros com empréstimo maiores em detrimento da concessão de um número maior de pequenos empréstimos, esses sim destinados aos mais pobres. Essa decisão estratégica indicaria perda de foco para microfinanças.

Observando a carteira de crédito do BancoSol, principalmente após o ano 2000, constatamos o aumento progressivo do valor médio dos empréstimos concedidos, além da substituição gradativamente do crédito solidário pelo crédito pessoal. A argumentação da instituição é a de que realmente o valor médio dos empréstimos subiu devido ao tempo de relacionamento com os clientes que, após vários ciclos de crédito, demandam empréstimos maiores em virtude de já haver histórico de relacionamento e incremento de seus negócios. Para o banco, o empréstimo médio cresceu junto com seus clientes. Cabe destacar que o valor médio dos empréstimos concedidos pelas principais instituições de microfinanças bolivianas reguladas estão em níveis muito próximos aos praticados pelo BancoSol (ver tabela X), o que sugere que o banco opera dentro do volume padrão praticado no mercado boliviano. Os motivos que fizeram o mercado boliviano adotar empréstimos

⁸⁵ Dados da pesquisadora

⁸⁶ Idem

médios acima do praticados por instituições de microfinanças em outras localidades do mundo não serão investigados neste trabalho.

Outra variável usada por Hishigsuren para determinar a qualidade do alcance de sua atuação é a taxa de agentes de crédito para disponível para atender os clientes. Em seus levantamentos, Hishigsuren observou que em 1988 a PRODEM decidiu expandir suas atividades e esta taxa cresceu, dobrando o número de agentes em 1995. Por aspectos qualitativos a existência destes agentes combina com a atuação de ONGs e IMFs, desde que os empregados sejam bem educados e dedicados ao propósito de redução da pobreza. Este item não é conclusivo para determinação de perda de missão na conclusão de Hishigsuren.

Quanto ao escopo da atuação, Hishigsuren acredita que há mais evidências de perda de foco em microfinanças, uma vez que a atuação do banco limita-se a fornecer estritamente serviços financeiros como qualquer banco comercial. Ela argumenta que na época da PRODEM havia um trabalho social maior para o alívio da pobreza através do fornecimento de serviços não-financeiros, como educação para saúde e serviços sociais, corroborando as evidências de perda de foco em microfinanças.

Hishigsuren demonstra que há discrepâncias entre o que a direção da instituição prega e o que ela efetivamente faz. Na visão da pesquisadora, o BancoSol declara seu objetivo de redução da pobreza através do fornecimento de serviços de microfinanças aos pobres, enquanto na prática sua forma de atuação busca lucros maiores inclusive através do atendimento a clientes não pobres. Essa forma de atuação tem impacto significativamente negativo no fornecimento das atividades microfinanceiras destinadas aos clientes mais pobres, mais uma caracterizando a perda de missão e foco em microfinanças.

A pesquisadora acredita que a comercialização e rápido crescimento observados na história do BancoSol constituem-se em um risco potencial à atividade microfinanceira em geral, a medida em que estimula as instituições a perseguirem lucros em detrimento do objetivo de prestação de serviços financeiros para redução da pobreza, que é o motivo do surgimento das

microfinanças. Para Hishigsuren, as IMFs podem expandir suas atividades e atingir sustentabilidade financeira sem comercialização.

4 – CONCLUSÕES

Neste trabalho buscamos apresentar a importância histórica do BancoSol, pelas singularidades do processo de migração para o setor bancário formal por meio de um processo de *upgrading*, as dificuldades e experiências desse processo que serviram para observação e aprendizado necessário a muitas IMFs no mundo para que partissem rumo ao *upgrading* em busca de sustentabilidade financeira.

Acreditamos que o marco regulatório implantado no país ao longo das décadas de 80 e 90, permitiu que grandes instituições de microfinanças como o BancoSol e o Banco los Andes tomassem parte no sistema bancário local, o que acabou sendo fortalecido por estas instituições. No caso específico do BancoSol, o banco detém 23% de todo o mercado de crédito boliviano, embora tenha perdido *market share* nos últimos 7 anos, e consolidou-se como o maior banco da Bolívia nos critérios de rentabilidade e liquidez, ultrapassando as instituições convencionais, o que pode evidenciar que o BancoSol conseguiu compreender melhor que seus concorrentes as características e necessidades dos microempreendedores locais e adequar a eles seu portfólio de crédito e produtos, o que permitiu ao banco tornar-se líder de mercado. Esta experiência e *feeling* do mercado local, na nossa visão, vieram das atividades de microfinanças desde sua atuação como ONG.

Desta forma, acreditamos que o BancoSol é realmente uma instituição bancária, que financia-se principalmente via captação de recursos do público, concede créditos a clientes que estariam fora do sistema bancário convencional com inadimplência menor que a média de mercado e consegue obter retorno superior ao mercado, tanto na comparação com IMFs quanto na comparação com instituições bancárias.

Embora os clientes atendidos pelo BancoSol não sejam exatamente os mais pobres, eles também fazem parte da massa de excluídos do sistema convencional de crédito. As linhas de crédito disponibilizadas pelo banco são concedidas àqueles que já estão estabelecidos há no mínimo 12 meses em

seus negócios, o que ressalta o objetivo da instituição em fomentar o setor microempreendedor boliviano.

Acreditamos que a busca por lucros e a atuação como banco privado comercial não desqualificam a contribuição e o benefício das atividades de microfinanças do BancoSol. O próprio mercado de microfinanças boliviano parece ter se adequado bem ao fato de que as grandes IMFs bolivianas tem um caráter comercial forte e por isso várias organizações pequenas atuam em abrangência local, sem escala, no atendimento aos mais pobres.

As microfinanças configuram-se como um paradoxo do sistema produtivo capitalista, à medida que ocupam o espaço deixado pelas falhas de mercado em relação ao acesso ao crédito e à assimetria de informação, corrigindo-as e reintroduzindo uma massa de pessoas carentes ao sistema produtivo através do acesso ao crédito.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIOLA, Pedro. *ASOFIN Bolívia*. In: Seminário BNDES Microfinanças – Ensaios e Experiências. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>

ASOFIN. *Benchmarking de Las Microfinanzas em Bolivia 2006*. Microfinance Information Exchange. Disponível em <http://www.asofinbolivia.com/archivos/Informe%20de%20Benchmarking%20Bolivia%202006%20ES.pdf>. Acesso em 06/11/2008 às 5h51min15seg, Novembro 2007.

Banco Central de Bolívia. *Memorias Anuales Correspondiente a las Gestoes Del Años 1982 a 2007*. Division de Estudios Economicos. La Paz. 1982-2007. Disponível em <http://www.bcb.gov.bo>,

_____. *Boletín Informativo*, n. 170, año 15, diciembre 2008, baixado de www.bcb.gov.bo, em 30/01/2009 às 11h29min. 2008.

_____. *Reporte de Balanza de Pagos y Posición de Inversión Internacional – Enero-Septiembre 2008*, La Paz, 18 de noviembre de 2008. Disponível em <http://www.bcb.gov.bo>, acesso em 30/01/2009 às 11h10min. 2008.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *El boom de las Microfinanzas – El modelo latinoamericano visto desde adentro*. Disponível em <http://www.iadb.org>, acesso em 30/01/2009 às 12h11min. 2007.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). *Anais do Seminário BNDES Microfinanças – Ensaios e Experiências*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>

BancoSol S.A. – Bolívia. *BancoSol: Del Microcrédito a Las Microfinanzas*. Disponível em www.bancosol.com.bo. Site corporativo. Acesso em 14/06/2008 às 10:52:47

BERGER, Marguerite; GOLDMARK, Lara e MILLER-SANABRIA (Ed.). *El Boom de Las Microfinanzas – El modelo latinoamericano visto desde adentro*. Banco Interamericano de Desarrollo, EUA, 2007(a).

_____. *El Modelo Latinoamericano de Microfinanzas*. In: BERGER, Marguerite; GOLDMARK, Lara e MILLER-SANABRIA (Ed.). *El Boom de Las Microfinanzas – El modelo latinoamericano visto desde adentro*. Banco Interamericano de Desarrollo, EUA, 2007(b).

- BITTENCOURT, Gilson; MAGALHÃES, Reginaldo e ABRAMOVAY, Ricardo - *Informação de Crédito: Um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro*. Revista Pesquisa & Debate, volume 16, 2005.
- BRUSKY, Bonnie. *Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- CALDAS, Eduardo de Lima. *Da experiência do Microcrédito à Microfinança*. Artigo publicado na Revista Diálogo Econômico Local nº 1, julho de 2003.
- CHURCHILL, Craig (org.). *Protecting the poor: A microinsurance compendium*. Geneva: International Labour Office/ Munich Re Foundation, 2006.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe - Documento Informativo*, (2008). Disponível em <http://www.eclac.org/brasil/>, acesso em 05/01/2009 às 23h15min.
- _____. *La reacción de los gobiernos de América Latina y el Caribe frente a la crisis internacional: una presentación sintética de las medidas de política anunciadas hasta el 10 de diciembre de 2008*. (2008). Disponível em <http://www.eclac.org/brasil/>, acesso em 05/01/2009 às 23h17min.
- _____. *Crisis internacional y oportunidades para la cooperación regional*. 2008. Disponível em <http://www.eclac.org/brasil/>, acesso em 15/01/2009 às 18h10min.
- FERNANDO, Nimal A. *Micro Success Story? Transformation of Nongovernment Organizations into Regulated Financial Institutions*. Asian Development Bank – Regional and Sustainable Development Department. 2004
- FUKUDA-PARR, Sakiko. *Are the MDGs Priority in Development Strategies and Aid Programmes? Only few Are!* International Poverty Centre- United Nations Development Programme. Working Paper number 48, Outubro de 2008.
- GONZALEZ-VEGA, SCHREINER, MEYER *at al.* *BancoSol – The Challenge of Growth for Microfinance Organizations*. Economics and Sociology Occasional Paper nº 2332. Columbus, Ohio. 1996.
- GONZALEZ-VEGA, Claudio. *Uma visão geral das microfinanças*. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). *Anais do Seminário BNDES Microfinanças – Ensaios e Experiências*. Páginas 24-35. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>
- GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A.S.; TONETTO JÚNIOR, Rudinei. *Economia Brasileira e Contemporânea*. Quarta edição. Editora Atlas S.A, São Paulo. 2002.

HISHIGSUREN, Gaamaa. *BancoSol: Mission Drift in Microfinance Institutions*. Artigo publicado no site do Council on Hemispheric Affairs. Disponível em: www.coha.org/2008/08/bancosol, Acesso em 04/09/2008. 2008.

_____. *Evaluating Mission Drift in Microfinance: Lessons for Programas with Social Mission*. Evaluation Review, Vol. 31, No. 3, SAGE Publications. Pp. 203-260. 2007.

_____. *Transformation of Micro-finance Operations from NGO to regulated MFI*. IDEAS, EUA. Sem ano de publicação disponível

KRAYCHETE, Elsa Sousa. *As Organizações de Cooperação Internacional, A Redefinição de desenvolvimento e pobreza e as microfinanças*, Revista Pesquisa & Debate, volume 16, 2005.

_____. *Entre o microcrédito e a 'bancarização': impasses para a constituição de um mercado de microfinanças adequado às necessidades dos microempreendedores*. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública, Madrid, España, 5/11/2004.

MISHKIN, Frederic S. *Asymmetric Information and Financial crises: A Historical Perspective*. Columbia Business School; National Bureau of Economic Research (NBER), 1990.

MONZONI NETO, Mario P. *Impacto em renda do Microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo*; Tese de Doutorado – Fundação Getúlio Vargas/SP, 2006.

MOSLEY, Paul. *Microfinance and Poverty: Bolivia Case Study*. Disponível em <http://www.microlinks.org>, 1999.

_____. *Microfinance and Poverty in Bolivia*. Journal of Development Studies, Volume 37, nº 4, pp 101-132, 2001.

MOSLEY, Paul e MARCONY, Reynaldo. *Bolivia during the global crisis 1998-2004: towards a 'macroeconomics of microfinance'*. Journal of International Development, Volume 18, nº 2 , pp 237-261, 2006.

MOURA e SOUZA, Marcos de. *Bolívia vota Constituição que apóia indígenas e assusta investidores*. Publicado no Jornal Valor Econômico de 23/01/2009.

NAVAJAS, Sergio; SCHREINER, Mark. *Apex Organizations and the Growth of Microfinance in Bolivia*. Economics and Sociology Occasional Paper nº 2500. Report prepared for the CGAP-OSU Research Project on Microfinance Apex Mechanisms. The Ohio State University, 1998.

- NAVAJAS, Sergio. *Credit for the Poor: Microlending Technologies and Contract Design in Bolivia*. Tese de doutorado – Columbus: Graduate School of The Ohio State University, EUA, 1999.
- NICHTER, Simeon, GOLDMARK, Lara e FIORI, Anita. *Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- PRADO, Fernando. *Experiência Boliviana*. In: Seminário BNDES Microfinanças – Ensaio e Experiências. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>
- PEDRO, Iranise; ABLA, Melissa e THEDIUM, Manuel. *Microcrédito e Sustentabilidade*. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental Sistema Financeiro. Ano 3, nº 32, julho de 2008.
- PEREIRA, Rodney e JIMÉNEZ, Wilson. *Políticas macroeconómicas, pobreza y equidad em Bolivia*. UDAPE, Banco Interamericano de Desarrollo. 2007
- REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. *This Time is Different: A Panoramic View of Eight Centuries of Financial Crises*. EUA, 2008.
- RIBEIRO, Cristina Tauaf e CARVALHO, Carlos Eduardo. *Do Microcrédito às Microfinanças: Desempenho Financeiro, Dependência de subsídios e Fontes de Financiamento*. Revista Pesquisa & Debate, Vol. 16 nº 2 (28) Editora PUC SP, 2005.
- RIBEIRO, Érico e MENDES, Lucas Sodré. *Sistema Financeiro Nacional*. In Mercado Financeiro, Editora Elsevier, 2006.
- RODRIGUES, Azelma. *Volume de crédito alcança 41,3% do PIB em 2008 e bate recorde*. Disponível em <http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2009/01/27/>
- ROSALES, Ramón. *Regulación y Supervisión del Microcrédito em América Latina*. In: BERGER, Marguerite; GOLDMARK, Lara e MILLER-SANABRIA (Ed.). *El Boom de Las Microfinanzas – El modelo latinoamericano visto desde adentro*. Banco Interamericano de Desarrollo, EUA, 2007.
- SANABRIA, Tomas Miller. *Microfinance: Lessons Learned in Latin America*. Disponível em <http://www.forumdemicrofinanzas.org.br>. Acesso em 16/07/2008   08:02:17, Dezembro de 2000.
- SOARES, Marden Marques, et al. *Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007.

STANDARD & POOR'S. *Microfinancieras – Afianzándose em Los Mercados Globales de Capitais*. Standard & Poor's. Disponível em <http://www.asofinbolivia.com/archivos/Microf%20SyPoor.pdf>. Acesso em 06/11/2008 às 6h00, 2007

TRIGO, Jacques. *Regulación y Supervisión Bancaria en el Manejo y Previsión de las Crisis Financieras*. Superintendencia de Bancos y Entidades Financieras Bolivia, 1998.

UNCTAD. *Handbook of Statistics 2008*. Disponível em <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso em 17/01/2009 às 17h00.

YUNUS, Muhammad – *O Banqueiro dos pobres*, Ed. Ática, 2004.

YUNUS, Muhammad. *Creating a World Without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism*. PublicAffairs, 2008.

WEISS, John e MONTGOMERY, Heather. *Great Expectations: Microfinance and Poverty Reduction in Asia and Latin America*. ADB Institute Discussion Paper nº 15. September, 2004.

WESTLEY, Glenn D. *Estrategias y estructuras de microfinanzas para la banca comercial*. Banco Interamericano de Desarrollo-Serie de informes de buenas prácticas del Departamento de Desarrollo Sostenible, 2006.

World Bank. *Workshop regional sobre acesso da população de baixa renda a seguros*. Rio de Janeiro: Banco Mundial, et al, 2007.

ZAMBALDI, Felipe; et al. *A Questão da seleção adversa no Microcrédito Produtivo Orientado: Um Estudo empírico sobre o comportamento de adimplência de empreendedores de baixa renda*. Revista Pesquisa & Debate, volume 16, 2005.

Principais sites utilizados:

Acción Internacional, <http://www.accion.org>

Associação de Entidades Financeiras Especializadas em Microfinanças (ASOFIN) da Bolívia, <http://www.asofinbolivia.com>

Banco Central da Bolívia, <http://www.bcb.gov.bo>

Banco Interamericano de Desenvolvimento, <http://www.iadb.org>

Banco Mundial, <http://www.worldbank.org>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),
<http://www.bndes.gov.br>

BancoSol S.A., <http://www.bancosol.com.bo>

Fórum de Microfinanças, <http://www.forumdemicrofinancas.org.br>

Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org>

Instituto Nacional de Estatísticas, <http://www.ine.gov.br>

Jornal El Deber Bolivia, <http://www.eldeber.com.bo>

Jornal Valor on Line, <http://www.valoronline.com.br>

Microfinance Gateway, <http://www.microfinancegateway.org>

Microfinance Network, <http://www.mfnetwork.org>

MIX Market, <http://www.mixmarket.org>

PlaNet Finance, <http://www.planetfinance.org.br>

República da Bolívia, <http://www.bolivia.gov.bo>

Superintendência de Bancos e Entidades Financeiras, <http://www.sbef.gov.bo>

Tabela I – BancoSol Cifras e Índices Financeiros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CAPITAL								
Patrimônio (US\$ milhões)	14,6	14,5	14,8	16,8	18,7	20,0	20,8	26,3
Patrimônio / Ativo (%)	15,9%	14,8%	14,2%	14,7%	13,5%	11,4%	9,1%	9,7%
Provisão / Atraso 1 dia ou mais (%)	78,7%	72,6%	91,7%	104,5%	132,7%	170,5%	207,0%	403,9%
Provisão / Atraso > 30 dias (%)	127,9%	101,1%	105,2%	120,2%	151,5%	195,8%	225,1%	471,3%
Atraso / Patrimônio (%)	65,7%	81,8%	51,7%	37,0%	24,5%	22,1%	27,0%	9,2%
Débitos por Provisão Voluntária (US\$ milhões)	0,6	1,6	2,3	3,1
ATIVOS								
Agências	37	35	34	36	34	40	48	49
Empregados	554	506	503	581	592	739	891	996
Ativos (US\$ milhões)	91,9	98,1	104,3	114,3	138,2	175,7	228,4	269,9
Carteira (US\$ milhões)	77,8	81,1	80,9	91,2	108,6	130,1	164,2	209,0
Crescimento da carteira (%)	-5,4%	4,3%	-0,3%	12,7%	19,1%	19,8%	26,2%	27,3%
Atraso > 1 dia / Carteira (%)	12,3%	14,6%	9,5%	6,8%	4,2%	3,4%	3,4%	1,2%
Atraso > 30 dias / Carteira (%)	9,6%	12,7%	8,2%	5,9%	3,7%	3,0%	3,1%	1,0%
Bens de uso (US\$ milhões)	6,4	5,6	5,4	5,6	6,2	6,5	7,0	8,3
ADMINISTRAÇÃO								
Receitas Financeiras / Carteira Média (%)	30,12%	26,83%	23,86%	22,80%	22,85%	22,58%	22,38%	21,82%
Custos Financeiros / Carteira Média (%)	8,97%	7,22%	5,54%	5,12%	4,99%	5,69%	5,76%	5,77%
Débitos por inadimplência / Carteira Média (%)	5,00%	5,60%	6,41%	2,64%	2,98%	3,14%	,34%	3,98%
Custos Administrativos / Carteira Média (%)	15,45%	14,77%	12,38%	13,99%	12,43%	12,20%	11,89%	11,45%
Custos Administrativos / Ativos Médio (%)	12,33%	11,59%	9,73%	10,21%	9,74%	8,92%	8,96%	8,57%
RECEITAS								
Comissões por serviços "spread" (US\$ milhões)	0,4	0,6	0,7	0,7	0,8	0,9	1,2	2,3
Resultados (US\$ milhões)	0,55	0,06	0,25	2,23	3,89	4,33	4,67	7,67
Resultado Líquido / (Ativo + Contingente Médio)	0,58%	0,07%	0,25%	2,07%	3,13%	2,73%	2,45%	3,12%
Resultado Líquido / Patrimônio Médio	3,80%	0,44%	1,72%	14,42%	22,65%	23,66%	24,54%	37,43%
LIQUIDEZ								
Total de Depósitos Público (US\$ milhões)	55,1	61,2	62,1	69,7	81,1	96,9	148,2	170,1
Total do Número de Contas (poupança + DPF's)	32.728	46.665	53.341	53.600	61.844	85.684	123.561	169.507

Crescimento Total Depósitos (%)	0,2%	11,0%	1,4%	12,4%	16,3%	19,5%	53,0%	14,8%
(Disponibilidades + Investimentos Temporários) / Ativos (%)	11,2%	14,6%	17,2%	13,3%	16,4%	22,0%	24,1%	18,0%
(Disponibilidades + Investimentos Temporários) / Obrigações de Curto Prazo (%)	90,76%	125,1%	120,7%	73,69%	147,9%	171,7%	140,4%	77,6%

Fonte: Memoria Anual BancoSol 2007. Disponível em: www.bancosol.com.bo

Tabela II – Índice CAMEL do BancoSol com principais indicadores.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CAPITAL								
(Carteira líquida em atraso)/ Patrimônio Médio	14,16%	22,36%	4,30%	-1,76%	-8,44%	-16,1%	-31,5%	-35,6%
(Carteira líquida em atraso+Bens realizáveis) / Patrimônio médio	28,19%	33,74%	15,23%	7,17%	-3,68%	-11,9%	-28,6%	-34,6%
Provisão / Patrimônio Médio	52,15%	59,25%	47,85%	41,09%	34,25%	38,95%	61,07%	47,37%
Bens realizáveis / Patrimônio Médio	14,03%	11,37%	10,93%	8,93%	4,76%	4,15%	2,92%	1,03%
(Ativo + Contingente) / Patrimônio Médio	6,1	6,7	7,2	7,3	7,9	9,1	12,1	13,2
ATIVOS								
Carteira líquida em atraso / Carteira Bruta Média	2,56%	4,10%	0,78%	-0,32%	-1,50%	-2,61%	-4,09%	-3,91%
(Carteira líquida em atraso+Bens realizáveis) / Carteira Bruta Média	5,10%	6,19%	2,76%	1,32%	-0,66%	-1,94%	-3,71%	-3,80%
Provisão Total / Carteira Bruta Média	9,70%	10,64%	8,68%	7,12%	5,59%	5,79%	7,08%	4,64%
Bens realizáveis / Carteira em atraso	78,65%	72,60%	91,75%	104,5%	132,7%	170,5%	207,0%	403,9%
ADMINISTRAÇÃO								
Custos administrativos / (Ativos + Contingente Médio)	12,33%	11,59%	9,73%	10,21%	9,74%	8,96%	9,01%	8,57%
Custos administrativos / Passivo médio	14,53%	13,69%	11,38%	12,00%	11,35%	10,26%	9,47%	9,34%
Custos administrativos / Total de Gastos	47,82%	49,03%	46,92%	55,81%	54,75%	53,60%	52,31%	49,27%
Custos administrativos / Receitas Financeiras	51,31%	55,91%	51,42%	58,41%	54,40%	53,66%	53,12%	52,48%
RETORNOS								
Resultado Líquido / Receitas Financeiras	2,40%	0,33%	1,32%	11,63%	17,16%	16,45%	14,44%	19,10%
Receitas Financeiras / (Ativo + Contingente Médio)	24,03%	20,73%	18,93%	17,48%	17,90%	16,70%	16,97%	16,34%
Resultado Líquido / (Ativo + Contingente Médio)	0,58%	0,07%	0,25%	2,07%	3,13%	2,73%	2,45%	3,12%
Resultado Líquido / Patrimônio Médio	3,80%	0,44%	1,72%	14,42%	22,65%	23,66%	24,54%	37,43%
Outras Receitas Operacionais Líquidas / Receitas Financeiras	3,33%	6,87%	4,65%	6,48%	6,47%	8,63%	9,09%	9,26%
LIQUIDEZ								
(Disponibilidades + Investimentos Temporários) / Obrigações de Curto Prazo	90,76%	125,1%	120,7%	73,69%	147,9%	171,7%	140,4%	77,61%

Disponibilidades / Obrigações com o Público	4,89%	4,43%	8,95%	4,83%	8,24%	21,73%	22,22%	10,12%
(Disponibilidades + Investimentos Temporários) / (Passivo – Títulos Convertidos em Capital)	13,37%	17,15%	20,07%	15,54%	19,01%	24,79%	26,51%	19,99%

Fonte: Memoria Anual BancoSol 2007. Disponível em: www.bancosol.com.bo

Tabela III – BancoSol - Crescimento da Carteira Bruta - por produto

Em milhares US\$	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CARTEIRA BRUTA TOTAL	77,802	81,149	80,881	91,175	108.560	130.106	164,155	208,959
SOLIDÁRIO	26,234	10,703	3,903	2,120	1.359	875	579	243
SOL INDIVIDUAL	38,972	44,988	44,020	52,377	65.226	78.456	107,431	149,303
SOL COMERCIAL/ SOLICITA	7,333	10,457	8,131	4,536	ND	ND	0	0
SOL VIVIENDA	3,313	11,417	21,535	28,943	37.535	45.084	49,960	51,533
SOL VEHÍCULO	210	780	1,138	763	ND	ND	1,187	1,755
SOL EFECTIVO	1,603	2,770	2,096	2,354	3.670	4.604	4,422	4,515
SOL DE ORO	ND	33	58	82	ND	ND	226	300
SOL 500	ND	ND	ND	ND	ND	ND	350	1,310
OUTROS PRODUTOS	ND	ND	ND	ND	770	1.084	ND	ND

Fonte: Memoria Anual BancoSol 2007. Disponível em: www.bancosol.com.bo

Tabela IV - BancoSol - Evolução do número de Clientes por Produto

Em número	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL CLIENTES	60.976	61.338	50.904	56.707	71.609	85.000	103.786	121.207
SOLIDÁRIO	37.667	21.758	9.646	5.652	3.783	2.154	1.401	319
SOL INDIVIDUAL	21.066	34.346	31.284	36.407	46.667	56.024	72.118	86.808
SOL COMERCIAL/ SOLICITA	344	586	644	397	ND	ND	0	0
SOL VIVIENDA	284	1.711	5.894	10.147	14.831	18.749	20.441	24.479
SOL VEHÍCULO	19	82	176	135	ND	ND	386	599
SOL EFECTIVO	1.332	2.648	2.888	3.335	5.560	7.166	6.931	5.910
SOL DE ORO	ND	207	372	634	ND	ND	816	832
SOL 500	ND	ND	ND	ND	ND	ND	1.693	5.260
OUTROS PRODUTOS	ND	ND	ND	ND	768	907	0	0

Fonte: Memoria Anual BancoSol 2007. Disponível em: www.bancosol.com.bo

Tabela V - BancoSol - EVOLUÇÃO DE CLIENTES, CARTEIRA E EMPREST MÉDIO(em US\$)

Anos	NÚMERO DE CLIENTES ATIVOS	CARTEIRA BRT CRÉDITO (em US\$)	EMPRÉST MÉDIO (em US\$)	EMPR MÉDIO/PIB per capita
1987	1.737	587.000	338	ND
1988	3.553	1.917.000	540	ND
1989	7.092	3.692.000	521	ND
1990	16.076	9.504.000	591	ND
1991	26.551	16.706.000	629	ND
1992	37.607	22.720.000	604	ND
1993	61.117	59.592.000	975	ND
1994	91.138	84.039.000	922	ND
1995	81.347	ND	ND	ND
1996	ND	ND	ND	ND
1997	76.216	65.505.794	859	90,00%
1998	81.555	76.067.964	933	91,00%
1999	73.073	82.273.000	1.126	114,00%
2000	67.082	77.802.000	1.160	115,00%
2001	61.338	81.149.000	1.323	126,00%
2002	50.904	80.881.000	1.589	160,00%
2003	56.707	91.175.000	1.608	231,00%
2004	71.609	108.560.000	1.516	158,11%
2005	85.000	130.106.000	1.531	150,06%
2006	70.254	164.155.000	2.337	141,60%
2007	82.051	208.959.084	2.547	136,82%

Fontes: GONZALEZ-VEJA, SCHREINER, MEYER *at al* (1996) e ASOFIN (Dez a Dez; incluem somente os clientes diretos, conforme recomendação da ASFI)

Tabela VI - Comparações BancoSol x Sistema Bancário Boliviano

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CARTEIRA EM ATRASO/CARTEIRA BRUTA							
BANCOSOL	14,65%	9,46%	5,92%	3,69%	2,96%	3,15%	0,99%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	16,21%	17,65%	16,74%	14%	11,34%	8,67%	5,60%
CRESCIMENTO DA CARTEIRA BRUTA							
BANCOSOL	4,30%	-0,30%	12,70%	19,07%	19,85%	26,17%	27,29%
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	-12,23%	-11,60%	0,03%	-5,17%	7,24%	6,63%	15,80%

Tabela VII – BancoSol: Participação de Mercado – Desempenho da Carteira Crédito

PARTICIPAÇÃO MERCADO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Posição da carteira, considerando FFP e Banco Los Andes ProCredit, Cooperativas, ONGs e Sociedades Poupança e Crédito	32%	32%	32%	21%	25,4%	24,2%	23,2%
Posição considerando número de clientes de crédito ativos	31%	32%	32%	34%	28,5%	28,6%	21,4%

Tabela VIII – Fontes de Financiamento BancoSol (em milhares de US\$)

Ano	Poupança	%	Dep a Prazo	%	Financ. Ext.	%	Outros Financ.	%	TOTAL
2000	11,386	15,3%	43,551	58,7%	5,313	7,2%	13,938	18,8%	74,188
2001	11,445	14,3%	49,571	61,7%	3,938	4,9%	15,339	19,1%	80,293
2002	14,887	17,3%	47,069	54,8%	3,500	4,1%	20,360	23,7%	85,816
2003	20,563	22,2%	49,110	52,9%	5,865	6,3%	17,283	18,6%	92,822
2004	15,368	13,6%	65,467	58,1%	18,761	16,6%	13,142	11,7%	112,738
2005	22,463	15,5%	73,725	50,8%	30,817	21,2%	18,245	12,6%	145,25
2006	39,179	20,5%	107,205	56,0%	27,614	14,4%	17,453	9,1%	191,452
2007	62,751	28,1%	106,105	47,6%	28,822	12,9%	25,381	11,4%	223,058

Tabela IX – Estratificação do montante da carteira de empréstimos das IMF's associadas à ASOFIN, em milhares de US\$ nos anos de 2002 e 2007

TOTAL DAS ENTIDADES LIGADAS À ASOFIN	2002		2007	
	CARTEIRA TOTAL	Em %	CARTEIRA TOTAL	Em %
Maiores a US\$ 100,000	8.311	3,34	76.981	8,35
Entre US\$ 50,000 e US\$ 100,000	13.356	5,36	47.693	5,18
Entre US\$ 20,000 e menores a US\$ 50,000	33.128	13,3	119.055	12,92
Entre US\$ 10,000 e menores a US\$ 20,000	31.590	12,68	132.221	14,35
Entre US\$ 5,000 e menores a US\$ 10,000	43.197	17,34	195.447	21,21
Entre US\$ 2,000 e menores a US\$ 5,000	68.467	27,49	227.812	24,72
Entre US\$ 1,000 e menores a US\$ 2,000	28.357	11,39	72.747	7,89
Entre US\$ 500 e menores a US\$ 1,000	13.598	5,46	33.001	3,58
Menores a US\$ 500	9047	3,63	16.507	1,79
TOTAL	249.051	100	921.465	100

Dados: ASOFIN

Tabela X - Estratificação do montante da carteira de empréstimos, em milhares de US\$ nos anos de 2002 e 2007

BANCOSOL	2002		2007	
	CARTEIRA TOTAL	Em %	CARTEIRA TOTAL	Em %
Maiores a US\$ 100,000	1.155	1,43	1.739	0,83
Entre US\$ 50,000 e US\$ 100,000	3.980	4,92	5.217	2,50
Entre US\$ 20,000 e menores a US\$ 50,000	11.577	14,31	13.665	6,54
Entre US\$ 10,000 e menores a US\$ 20,000	11.583	14,32	28.762	13,76
Entre US\$ 5,000 e menores a US\$ 10,000	16.922	20,92	65.421	31,31
Entre US\$ 2,000 e menores a US\$ 5,000	24.934	30,82	71.426	34,18
Entre US\$ 1,000 e menores a US\$ 2,000	7.601	9,40	15.407	7,37
Entre US\$ 500 e menores a US\$ 1,000	2.446	3,02	5.614	2,69
Menores a US\$ 500	703	0,87	1.707	0,82
TOTAL	80.899	100	208.959	100

LOS ANDES FFP S.A.// BANCO LOS ANDES	2002		2007	
	CARTEIRA TOTAL	Em %	CARTEIRA TOTAL	Em %
Maiores a US\$ 100,000	4.306	6,70	55.883	20,62
Entre US\$ 50,000 e US\$ 100,000	4.266	6,64	14.943	5,51
Entre US\$ 20,000 e menores a US\$ 50,000	7.591	11,82	36.295	13,39
Entre US\$ 10,000 e menores a US\$ 20,000	6.055	9,43	32.108	11,84
Entre US\$ 5,000 e menores a US\$ 10,000	9.930	15,46	44.464	16,4
Entre US\$ 2,000 e menores a US\$ 5,000	14.735	22,95	52.179	19,25
Entre US\$ 1,000 e menores a US\$ 2,000	8.076	12,58	20.811	7,68
Entre US\$ 500 e menores a US\$ 1,000	5.189	8,08	10.386	3,83
Menores a US\$ 500	4.072	6,34	4010	1,48
TOTAL	64.219	100	271.078	100

PRODEM FFP S.A	2002		2007	
	CARTEIRA TOTAL	Em %	CARTEIRA TOTAL	Em %
Maiores a US\$ 100,000	1.301	2,95	6.751	4,05
Entre US\$ 50,000 e US\$ 100,000	2.907	6,59	10.769	6,46
Entre US\$ 20,000 e menores a US\$ 50,000	7.315	16,57	31.382	18,84
Entre US\$ 10,000 e menores a US\$ 20,000	6.177	14,00	26.823	16,10
Entre US\$ 5,000 e menores a US\$ 10,000	6.459	14,63	29.854	17,92
Entre US\$ 2,000 e menores a US\$ 5,000	13.832	31,34	37.871	22,73
Entre US\$ 1,000 e menores a US\$ 2,000	4.250	9,63	12.271	7,37
Entre US\$ 500 e menores a US\$ 1,000	1.265	2,87	5.905	3,54
Menores a US\$ 500	631	1,43	4.957	2,98
TOTAL	44.138	100	166.581	100

Tabela XI – Dados econômicos da Economia Boliviana

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
BALANÇA DE PAGAMENTOS (milhões US\$)	-495	-597,1	-271,5	-409,1	-291,5	-359,2	-199,5	-356,9	-139,6	228,7	-161
BALANÇA DE PAGAMENTOS (em % do PIB)	-10,5	-10,5	-5,1	-8,0	-4,1	-6,7	-5,0	-8,3	-3,1	-5,0	-0,2
SALDO EM CONTA CORRENTE (em % do PIB)	-0,2	-8,2	-3,3	-2,7	-1,8	-7,1	-7,6	-9,4	-5,7	-3,9	-4,1
BALANÇA COMERCIAL (em % do PIB)	4,3	-2,5	3,7	2,3	2,1	-1,6	-2,7	-6,2	-3,9	-1,8	-2,5
INFLAÇÃO IPC DEZ-DEZ	23,94	25,2	296,5	328,5	2.177,5	8.170,5	66	10,7	21,5	16,6	18
INFLAÇÃO MÉDIA	23,94	32,1	123,5	275,6	1.281,5	11.749,9	276,3	14,6	16	15,2	17,1
PIB (%)	4,5	-0,7	-6,6	-7,3	-3,1	-2,1	ND	ND	ND	ND	4,6
PIB (em milhões de US\$)	2,696	2,976	3,020	2,999	3,093	3,911	3,899	4,111	4,378	4,716	4,868
PIB POR HABITANTE (%)	-2,1	-3,5	-11,1	-10	-2,2	ND	ND	ND	ND	ND	2,3
TAXA DE DESEMPREGO ³	ND	5,9	8,2	8,5	6,9	5,8	7	7,2	11,6	9,9	7,3

Fontes: Banco Central da Bolívia, Dados até 1990 de DAMILLI, FANCILLI e FRENKEL e UNCTAD Handbook of Statistics 2008
ND= Não disponível

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BALANÇA DE PAGAMENTOS (milhões US\$)	-147	-132	20	10	92	301	115	125	27	-39
BALANÇA DE PAGAMENTOS (em % do PIB)	-2,75	-2,3	0,3	0,2	1,4	4,1	1,5	1,5	0,3	-0,5
SALDO EM CONTA CORRENTE (em % do PIB)	-4,9	-9,5	-8,8	-3,6	-4,9	-4,5	-7,0	-7,8	-5,9	-5,3
BALANÇA COMERCIAL (em % do PIB)	-2,5	-3,7	-10,3	-9,4	-4,1	-5,0	-5,4	-8,2	-7,7	-5,9
INFLAÇÃO IPC DEZ-DEZ ¹	14,5	10,5	9,3	8,5	12,6	7,9	6,7	4,4	3,1	3,4
INFLAÇÃO MÉDIA ¹	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
PIB (%)	5,3	1,6	4,3	4,7	4,7	4,4	5,0	5,0	0,4	2,5
PIB (em milhões de US\$) ²	5.343	5.644	5.735	5.981	6.715	7.397	7.926	8.497	8.285	8.398
PIB POR HABITANTE (%)	2,8	-0,8	1,8	2,2	2,2	1,9	2,5	2,5	-1,9	0,1
TAXA DE DESEMPREGO ³	5,8	5,4	5,8	3,1	3,6	3,8	4,4	6,1	7,2	7,5

Fontes: Banco Central da Bolívia, Dados até 1990 de DAMILLI, FANCILLI e FRENKEL e UNCTAD Handbook of Statistics 2008
ND= Não disponível

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BALANÇA DE PAGAMENTOS (milhões US\$)	-36	-343	-62	73	493	1.518	1.952
BALANÇA DE PAGAMENTOS (em % do PIB)	-0,4	-4,3	-0,8	0,8	5,0	14,8	18,2
SALDO EM CONTA CORRENTE (em % do PIB)	-3,4	-4,4	0,9	3,8	6,5	12,9	ND
BALANÇA COMERCIAL (em % do PIB)	-4,3	-3,6	-4,3	1,2	4,8	4,7	10,3
INFLAÇÃO IPC DEZ-DEZ ¹	0,9	2,4	3,9	4,6	4,9	4,9	11,7
INFLAÇÃO MÉDIA ¹	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
PIB (%)	1,7	2,5	2,7	4,2	4,0	4,8	4,6
PIB (em milhões de US\$) ²	8.142	7.924	8.089	8.825	9.777	10.246	10.715
PIB POR HABITANTE (%)	-0,6	0,2	0,4	1,9	1,8	2,6	2,4
TAXA DE DESEMPREGO ³	8,5	8,7	9,2	6,2	8,1	8	7,7

Fontes: Banco Central da Bolívia, Dados até 1990 de DAMILLI, FANCILLI e FRENKEL e UNCTAD Handbook of Statistics 2008
ND= Não disponível

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)